



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII - Nº 07: - VGTY C/HGKTC, 3^à DE O C¹ DE 2012 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sámy - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Waldeir Moka - (PMDB-MS)		3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TG) ²		SUPLENTES DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1.5.6.7) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)
1. Em 29/03/2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29/03/11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29/03/11. 2. Em 03/05/2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme RQS nº 405/2011, deferido na sessão de 05/05/11. 3. Em 08/11/2011, o Senador José Agripino deu posse ao Vice-Líder do DEM. 4. O Senador Waldeir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011. 5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término da sua licença. 6. Em 29.11.2011, vaga em virtude do Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato. 7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.		
LIDERANÇAS		
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PPV) - 25 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes Vital do Rêgo Romário Jucá (40) Sérgio Souza (26) Waldeir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25 Líder Walter Pinheiro - PT (22.26) Vice-Líder Aécio Neves Lídice da Mata (29.39) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37.43) Líder do PT - 13 Walter Pinheiro (22.26) Vice-Líder do PT Wellington Dias (27) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (26) Antônio Díaz (25) Líder do PDT - 5 Aécio Neves Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29.39) Vice-Líder do PSB Antônio Carlos Valadares (30) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37.43)	Bloco Parlamentar Minoría (PSDB/DEM) - 15 Líder Jayme Campos - DEM (24) Vice-Líder Cyrto Miranda (34) Flexa Ribeiro (6.3.5) Lúcia Vânia (35) Mário Couto (31) Paulo Bauer (3.32) Líder do PSD - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (7) Paulo Bauer (3.32) Flexa Ribeiro (6.3.5) Líder do DEM - 5 José Agripino (2.10.14.45.46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (24)
Bloco Parlamentar União e Força (PT/PR/PSC) - 13 Líder Gilm Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi (19) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Líder do PTB - 6 Gilm Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17.47)	Governo EDUARDO BRAGA - PMDB - (38) Vice-Líder Gilm Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29.39) Jorge Viana Vital do Rêgo Líder do PSD - 2 Kátia Abreu - PSD (1.1.13) Vice-Líder Sérgio Petecão	
PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)		

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Em 08/11/2011, o Senador José Agripino exerceu a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de março de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador José Agripino é designado Líder do PSDB, conforme o OF. PSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29/03/11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29/03/11.
9. O Partido da República (PR) designa-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM n° 61/2011, lido na sessão do dia 16 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128.2011-GSKAAA).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. N° 068/2011-GSKPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o OF. N° 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senado José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 11.12.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nº 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado Líder do PSOL, conforme OF. GLPSOL N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR, conforme OF. GLPR N° 2.310/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2012.
20. Senador Lindbergh Farias é designado Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PRD, conforme OF. GLPDR N° 001/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PTB, conforme OF. GLPTB N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoría, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Antônio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSD, conforme OF. GLPSD N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoría, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
27. Senador Marcelo Crivella afastou-se do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pescas e Aquicultura (OF. nº 34/2012-GSCMC).
28. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão de 08 de março de 2012.
29. Senador Antônio Carlos Valadares é designado Líder do PSD, conforme OF. GLPSD N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Cássio Cunha Lima é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, conforme OF. nº 035/2012-GLDRAOG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. nº 011/2012-GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. nº 011/2012-GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDRAOG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sámy, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. N° 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBU/FNF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

EXPEDIENTE

Doris Mariza Roriz Palocci Diretora do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Edificação e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lea Nascimento Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Administração Patrícia Freitas Portela Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 70ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 30 DE ABRIL DE 2012	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Aviso do Tribunal de Contas da União	
Nº 323/2012, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 838, de 2012, proferido nos autos do processo TC 008.211/2010-8, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.	15125
1.2.2 – Comunicações da Presidência	
Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 553, de 2011.....	15147
Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2012.....	15147
1.2.3 – Ofício do Tribunal de Contas do Estado da Bahia	
Nº 144/2012, na origem, comunicando a aprovação de Moção Coletiva em homenagem à passagem dos cento e quatro anos de nascimento do Senador Luiz Viana Filho.....	15147
1.2.4 – Discursos do Expediente	
SENADORA ANA AMÉLIA – Considerações acerca do Dia do Trabalho, a ser celebrado amanhã.....	15147
SENADOR PEDRO SIMON – Comentários acerca da proposta de alteração do Código Penal em tramitação no Senado Federal; e outros assuntos.....	15151
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Homenagem aos trabalhadores pela passagem, amanhã, do Dia Internacional do Trabalho; e outros assuntos.....	15156
SENADOR ANIBAL DINIZ – Análise dos avanços trabalhistas alcançados na última década no Brasil; e outros assuntos.....	15161
1.2.5 – Comunicação da Presidência	
Realização de sessão deliberativa ordinária quarta-feira, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.	15166

1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO	
2.1 – TERMO DE REUNIÃO	
Referente à Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 565, de 2012.....	15168

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	
5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	
---	--

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	
---	--

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	
---	--

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	
---	--

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	
--	--

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	
---	--

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	
--	--

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)	
---	--

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)	
---	--

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)	
---	--

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)	
---	--

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

8 – COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO (Resolução nº 1, de 2006)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC (Resolução nº 4, de 2008)

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA (Resolução nº 2, de 2007)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito

9 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)

Ata da 70ª Sessão, Não Deliberativa, em 30 de abril de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência da Srª Vanessa Grazziotin, e do Sr. Anibal Diniz

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 16 horas e 14 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Vamos iniciar os trabalhos no dia de hoje, segunda-feira, dia 30 de abril, véspera de feriado de um dia importante para todos os homens e as mulheres do Brasil porque comemoramos, no dia de amanhã, o dia do trabalhador e da trabalhadora.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União o **Aviso nº 323 Seses-TCU-Plenário**, de

2012, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 838/2012-TCU-Plenário.

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 323-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 11 de abril de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 008.211/2010-8, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 11-4-2012, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Respeitosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente.

ACÓRDÃO Nº 838/2012 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 008.211/2010-8.
2. Grupo I – Classe V – Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessado: Congresso Nacional
 - 3.2. Responsáveis: Agrimat Engenharia Indústria e Comercio Ltda. (03.118.726/0001-11); Atrativa Engenharia Ltda. (05.073.316/0001-27); Engeponte Construções Ltda. (05.369.365/0001-01); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00); Otto Zittlau (288.194.469-87); Semenge S/A Engenharia e Empreendimentos (76.491.620/0001-32); Sílvio Figueiredo Mourão (729.316.637-00); Toniollo, Busnello S/A Tuneis Terraplanagens e Pavimentações (89.723.977/0001-40)
4. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 2 (Secob-2).
8. Advogado constituído nos autos: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria nas obras de construção da BR-158 – Divisa PA/MT – Ribeirão Cascalheira, realizada no âmbito do Fiscobras 2010.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1 acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Silvio Figueiredo Mourão;

9.2 acolher em parte as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Otto Zittlau;

9.3 dar ciência ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – que a execução dos serviços de tubulão com 2 m de altura a mais que o pactuado (Contrato 874/2009-11), sem a devida formalização de termo aditivo, afronta os artigos 60 e 62 da Lei 8.666/1993;

9.4 com fundamento no art. 251 do Regimento Interno do TCU, determinar ao Dnit que, no prazo de 30 (trinta) dias:

9.4.1 apresente estudos conclusivos que reavaliem os quantitativos de materiais adotados pelo Sicro2 na composição “2 S 03 119 01” a partir da competência de setembro/2010, pois, diferentemente da metodologia utilizada anteriormente, não considerou a reutilização da madeira, ou seja, o aproveitamento da madeira duas vezes, conforme previsto no “Manual de Custos Rodoviários, Vol. 4, Tomo 2 Obras de Arte Especiais”, além da supressão os itens “Caibros de 7,5 cm x 7,5 cm”, “Tábua de 5^a 2,5 cm x 30 cm” e “Tábua 2,5 x 22,5 cm”;

9.4.2 apresente estudos conclusivos que avaliem também a possibilidade de incluir o serviço de escoramento metálico (cimbramento metálico) na cesta de composições de custo do Sicro2, que, por diversos fatores como a maior produtividade e o maior reaproveitamento, pode apresentar preço unitário menor que o escoramento de madeira;

9.4.3 apresente estudos conclusivos que contemplem a composição de custo unitário para o serviço de fornecimento do aço CA 50 nas obras de arte especiais (OAE), diferenciando da composição de custo para esse serviço nas demais obras, haja vista a média de consumo de aço CA-50, com diâmetro superior a 10 mm, ser de 76% do aço consumido, referente às obras de arte especiais dos Contratos 874/2009-11 e 873/2009-11;

9.5 determinar à Secob-2 que:

9.5.1 com fundamento no art. 243 do Regimento Interno do TCU, constitua processo específico de monitoramento para acompanhar o cumprimento das deliberações deste acórdão;

9.5.2 inclua no plano de fiscalização de obras de 2012 os Contratos 147/2009-11, 148/2009-11 e 149/2009-11 para verificar, mormente, a efetiva execução dos volumes de ECT e compactação medidos em função dos coeficientes de homogeneização obtidos a partir dos serviços efetivamente executados, sem prejuízo na definição do escopo da fiscalização;

9.6 encaminhar cópia deste acórdão e do relatório e voto que o fundamentam aos interessados e ao Dnit.

10. Ata nº 12/2012 – Plenário.
11. Data da Sessão: 11/4/2012 – Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0838-12/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luis de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
BENJAMIN ZYMLER
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
AROLDO CEDRAZ
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral

GRUPO I – CLASSE V – Plenário

TC 008.211/2010-8

Natureza: Relatório de Auditoria.

Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit.

Responsáveis: Agrimat Engenharia Indústria e Comercio Ltda. (03.118.726/0001-11); Atrativa Engenharia Ltda. (05.073.316/0001-27); Engeponte Construções Ltda. (05.369.365/0001-01); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00); Otto Zittlau (288.194.469-87); Semenge S/A Engenharia e Empreendimentos (76.491.620/0001-32); Silvio Figueiredo Mourão (729.316.637-00); Toniolio, Busnello S/A Túneis Terraplanagens e Pavimentações (89.723.977/0001-40)

Interessado: Congresso Nacional.

Advogado constituído nos autos: não há.

Sumário: FISCOBRAS 2010. PLANO DE TRABALHO 28.782.1457.11VA.0051 – ESTADO DE MATO GROSSO. RELATÓRIO DE AUDITORIA REALIZADA NO DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT. OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA BR-158 – DIVISA PA/MT – RIBEIRÃO CASCALHEIRA. INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES. SOBREPREÇO DECORRENTE DE QUANTITATIVO INADEQUADO. LIQUIDAÇÃO IRREGULAR DA DESPESA. AUSÊNCIA DE TERMO ADITIVO FORMALIZANDO ALTERAÇÕES DAS CONDIÇÕES INICIALMENTE PACTUADAS. EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COM QUALIDADE DEFICIENTE. ACHADOS TIPIFICADOS COMO IGC – IRREGULARIDADES GRAVES COM RECOMENDAÇÃO DE CONTINUIDADE. AUDIÊNCIA DOS RESPONSÁVEIS. OITIVA DE EMPRESAS CONTRATADAS. DETERMINAÇÃO AO DNIT. RAZÕES DE JUSTIFICATIVAS ACOLHIDAS EM PARTE. DETERMINAÇÕES.

RELATÓRIO

Transcrevo a seguir instrução elaborada por Auditor Federal de Controle Externo da 2ª Secretaria de Fiscalização de Obras – Secob-2:

“[...]

I) INTRODUÇÃO

Trata-se de Relatório de Auditoria realizada no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, no período de 19/4/2010 a 28/5/2010, no âmbito do Fiscobras 2010, Fiscalis 237/2010, referente às obras de construção da BR-158 – Divisa PA/MT – Ribeirão Cascalheira, vinculadas ao Plano de Trabalho 28.782.1457.11VA.0051, no estado do Mato Grosso.

II) Histórico das ações e deliberações proferidas

2. Em 28/6/2010, esta Secretaria Especializada concluiu a auditoria nas obras de construção da BR-158 – Divisa PA/MT – Ribeirão Cascalheira.

3. Essas obras foram objeto de auditorias desta Corte de Contas também nos anos de 2008 e 2009. Os principais achados até 2009 foram: subcontratação irregular; sobrepreços decorrentes de quantitativo inadequado, BDI excessivo e preços excessivos frente ao mercado. Essas irregularidades estão sendo analisadas no processo TC 011.135/2009-3, que atualmente está em fase de análise recursal.

4. A auditoria constatou, no Fiscobras de 2010, os seguintes achados: sobrepreço decorrente de quantitativo inadequado; liquidação irregular da despesa; ausência de termo aditivo formalizando alterações das condições inicialmente pactuadas; e execução de serviços com qualidade deficiente.

5. Essas irregularidades levantadas em 2010 foram objeto de propostas de audiências e oitivas dos responsáveis e de determinação ao Dnit para que corrigisse a forma de medição dos serviços de 'escavação, carga e transporte' e de 'compactação', nos moldes das normas Dnit 107/2009-ES e 108/2009-ES, e para que reavaliasse as medições anteriores de acordo com as normas técnicas supracitadas (fls. 36/69 do vol. principal).

6. No relatório da auditoria, foi proposta também a alteração da classificação de indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (IG-P), decorrente de fiscalização no âmbito do Fiscobras de 2009, para indícios de irregularidades graves com recomendação de continuidade (IG-C) em relação ao Contrato 3/2009/00/00-ASJU, com posterior comunicação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) do Congresso Nacional. As alterações foram propostas diante da nova exigência legal constante do art. 94, § 1º, inciso IV da Lei 12.017, de 12 de agosto de 2009 (LDO2010), principalmente quanto à materialidade do achado em relação ao valor total do contrato (fl. 68 do vol. principal).

7. Em 11/8/2010, foi prolatado por esta Egrégia Corte de Contas o Acórdão 1959/2010-Plenário, no qual acolheu o parecer da Secob-2 e, além de outras determinações, decidiu pelas audiências e oitivas em razão de:

Otto Zittlau	<p>'9.1.1.1 ausência de termo aditivo formalizando alterações das condições inicialmente pactuadas em relação ao contrato 874/2009, em desconformidade com o art. 65, inciso I, letra b da Lei 8.666/93;'</p> <p>'9.1.1.2 liquidação irregular da despesa ocorrida nas medições dos serviços de 'escavação, carga e transporte' e 'compactação' dos Contratos 147/2009, 148/2009 e 149/2009, descritos no presente relatório de auditoria, em desconformidade com os art. 62 e 63 da lei 4320/64, bem como com a ES 107/2009 e ES 108/2009 – Dnit;'</p> <p>'9.1.1.3 execução dos CBUQ anteriormente ao TSD dos contratos 147/2009, 148/2009 e 149/2009, o que pode comprometer a qualidade dos pavimentos executados;'</p>
Sílvio Figueiredo Mourão	<p>'9.1.2.1 inclusão do item '2 S 03 119 01 – Escoramento com madeira de OAE' do SICRO, contendo divergências de quantitativos de preços utilizados em relação ao Manual de Pavimentação publicado pelo Dnit;'</p> <p>'9.1.2.2 não inclusão no sistema da composição 'fornecimento de aço CA-50' (composição Sicro2 nº: 1 A 00 302 00) mais representativa para a construção de OAEs;'</p>
Semenge Agrimat Toniolo Busnello e Direção Atrativa Engeponte	<p>'9.2 quanto à liquidação irregular de despesa ocorrida nos serviços de 'escavação, carga e transporte' e 'compactação' descritos no presente relatório de auditoria;'</p> <p>'9.3 quanto ao sobrepreço decorrente de quantitativo inadequado em relação aos itens do SICRO2 '2 S 03 119 01 – Escoramento com madeira de OAB' e '1 A 00 302 00 – Fornecimento de aço CA-50';'</p>
Determinar ao Dnit	<p>'9.4.1 corrija a forma de medição para os serviços de escavação, carga e transporte de materiais e para os de compactação, nos moldes das normas Dnit 107/2009-ES e Dnit 108/2009-ES;</p> <p>'9.4.2 reavalie as medições anteriores de acordo com as normas técnicas supracitadas;</p> <p>'9.4.3 encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 dias, as providências adotadas pela autarquia para os itens 9.4.1 e 9.4.2 supra;'</p>

8. Em 24/5/2011, entendeu-se necessária diligência junto ao Dnit com o fim de obter documentos e informações para a análise do efetivo cumprimento do item 9.4 do Acórdão TCU 1959/2010 – Plenário (fl. 198 do vol. principal) por parte do Dnit.

9. Essas audiências e oitivas já se encontram devidamente atendidas, conforme sintetizado a seguir:

Ofício TCU/SEC0B 2/2010	Natureza	Responsável/Entidade	Resposta
768/2010 (fls. 101/102, vp)	Audiência	Otto Zittlau	fls. 2/46-anexo V
777/2010 (fls. 104/105, vp)	Audiência	Silvio Figueiredo Mourão	fls. 144/159-vp
782/2010 (fls. 107/108, vp)	Oitiva	Atrativa Engenharia Ltda.	fls. 139/143-vp
800/2010 (fls. 110/111, vp)	Oitiva	Engeponte Construções Ltda.	fls. 137/138-vp
802/2010 (fls. 113/114, vp)	Oitiva	Semenge S/A Engenharia e Empreendimentos	fls. 167/171-vp
809/2010 (fls. 116/117, vp)	Oitiva	Agrimat Engenharia Indústria e Comercio Ltda.	fls. 194/197-vp
811/2010 (fls. 119/120, vp)	Oitiva	Toniolo Busnello S/A – Túneis, Terrapl. e Paviment.	fls. 48/100-anexo V
816/2010 (fls. 122, vp)	Comunicação	Luiz Antonio Pagot	fls. 177/191-vp, volumes 1/3-anexo V, e anexo VII
495/2011 (fls. 201/202, vp)	Diligência	Luiz Antonio Pagot	fls. 203/222-vp

10. Assim, esta instrução tem por objetivo a análise das respostas às audiências, às oitivas e à diligência ao Dnit, assentadas nos itens 9.1 a 9.4 do Acórdão 1959/2010 – Plenário citado acima.

III) Das razões de justificativas e manifestações apresentadas

III.1) 'Sobrepreço decorrente de quantitativo inadequado' (item 3.1)

11. O sobrepreço decorrente de quantitativo inadequado se refere à utilização de quantitativo superestimado de pregos na composição '2 S 03 119 01' e de fornecimento de aço CA-50 na composição '1 A 00 302 00', ambas do Sicro2.

12. Identificou-se que a composição '2 S 03 119 01 – escoramento com madeira de obras de arte especiais' do Sicro2, data-base em setembro de 2008, apresentava consumo de 1,2 kg de pregos por metro cúbico de vão escorado, quando deveria ser de 0,12 kg/m³, conforme previsto no 'Manual de Custos Rodoviários, Vol. 4, Tomo 2, Obras de Arte Especiais', resultando em sobrepreço de R\$ 140.146,37 no contrato 873/2009-11 e de R\$ 189.628,47 no contrato 874/2009-11 (fls. 36/37 do vol. principal).

13. E ainda, que 71,5% dos quantitativos de aço CA-50 utilizados nas armaduras das Obras de Arte Especiais (OAEs) do Contrato 874/2009 teriam bitola superior a 10 milímetros, embora o preço para fornecimento de aço, na composição '1 A 00 302 00' do Sicro2, utilizado para a contratação das pontes objetos desse contrato, tenha sido calculado considerando a proporção de 50% de aço CA-50 com diâmetro 6,3 mm e outros 50% de aço CA-50 com diâmetro 10 mm. Ou seja, verificou-se diferença entre os critérios adotados na composição do Sicro2 para o serviço de fornecimento de aço CA-50 e a especificidade das obras auditadas, no que se refere ao percentual de aço, que impacta no preço final do serviço '1 A 01 580 02 – fornecimento, preparo e colocação formas aço CA 50', que se utiliza desse insumo.

14. Conforme exposto no relatório de auditoria, o custo por quilo do fornecimento do aço CA-50 é menor à medida que se aumenta o diâmetro da barra de aço, o que tornaria o custo real da composição auxiliar '1 A 00 302 00 – fornecimento de aço CA-50', do Sicro2, menor para esse caso concreto, gerando um sobrepreço de 41%, quando comparado ao preço mediano do Sinapi (Goiânia – setembro de 2008).

15. Como essa composição auxiliar '1 A 00 302 00 – fornecimento de aço CA-50' compõe o serviço de '1 A 01 580 02 – Fornecimento, preparo e colocação formas aço CA 50', o sobrepreço seria de 18% sobre o serviço de 'fornecimento, preparo e colocação formas aço CA 50'.

16. Na ocasião, diante da relevância do aço em obras de arte especiais, e a partir do caso concreto, concluiu-se que a composição para a formação do custo de referência para o serviço de fornecimento de aço CA-50 carecia de precisão (fls. 37/38 do vol. principal).

Do Sr. Sílvio Figueiredo Mourão. (fl. 144/146 do vol. principal)

17. O Sr. Sílvio Figueiredo Mourão alega que as composições '2 S 03 119 01 – escoramento com madeira de OAE' e '1 A 00 302 00 – Fornecimento de Aço CA-50' teriam permanecido inalteradas desde a implementação do Sicro2 no ano de 2000, período anterior ao seu início como gestor do Sicro2, conforme composições extraídas para a região Centro-Oeste de outubro de 2000 (fl. 158/159, do vol. principal).

18. Reconhece que o consumo de pregos para essa composição seria de fato 0,12 kg por m³ de escoramento, conforme constaria do Manual de Custos Rodoviários, em seu Volume 4, Tomo 2 'Obras de Arte Especiais' (fls. 151/155 do vol. principal), e que teria ocorrido erro de transcrição da memória de cálculo para a composição do próprio manual (fl. 157 do vol. Principal).

19. Informa ainda que teria sido providenciada a correção do consumo de pregos para essa composição do Sicro2, o que teria ocorrido no mês de setembro de 2010, conforme cópia do Memorando 443/2010/CGCIT, de 14/10/2010 (fl. 54 do vol. Principal).

20. E, em 14/7/2011, por meio do Ofício 2452/2011-DG, após diligência desta Secretaria Especializada de Fiscalização de Obras, o Dnit encaminhou a memória de cálculo para os quantitativos de materiais adotados pelo Sicro2 na composição '2 S 03 119 01 – escoramento com madeira de OAE' a partir da competência de setembro/2010.

21. Já em relação ao preço do serviços de '1 A 00 302 00 – Fornecimento de Aço CA-50', alega que:

'[...] preço unitário do aço por meio da composição de custos '1 A 00 302 00 – Fornecimento de Aço CA-50' é uma estimativa do consumo de aço nas estruturas de concreto armado dos serviços típicos das obras de infraestrutura rodoviária, abrangendo desde dispositivos de drenagem superficial, obras de arte correntes e obras de arte especiais [...]'

'[...] a formação do preço de fornecimento de aço é uma simplificação concebida pela metodologia do SICRO para que as composições de custo dos serviços não fiquem muito extensas [...]’ (fl. 145 do vol. principal)

22. Adiante, acrescenta que os diâmetros de 6,3mm e 10,0mm seriam referentes à concepção do Sicro2, e não haveria, no Manual de Custos do Dnit, justificativa para essa consideração.

23. Reconhece que a análise desta Secretaria Especializada estaria correta, e que seriam utilizadas em OAEs barras de aço com diâmetros entre 10mm e 20mm.

24. Ressalta que a metodologia do Sicro2 poderia ser ajustada criando-se uma composição específica para o custo de aço utilizado em OAEs, porém, seria necessária a criação de uma composição específica para drenagem superficial e obras de arte correntes (OAC), cujos diâmetros dificilmente ultrapassariam 10mm, com o intuito de prevenir subpreços para esses tipos de obras, e que esse aprimoramento poderia ser feito com base em análise estatística do aço utilizado em amostras de projetos.

25. Informa que, na metodologia utilizada pelo Dnit no Sicro3, o preço referencial do aço seria baseado na cotação da barra de aço CA-50 de 12,5 mm de diâmetro, considerado 'chefe da família' de insumos do grupo aço, à semelhança do critério adotado pela Caixa Econômica Federal no SINAPI.

26. E, a diferença de preço do SINAPI e do Sicro2 decorreria da metodologia utilizada para definição de preço referencial. Enquanto no SINAPI seria pela mediana dos preços, no Sicro2 seria pelo preço mínimo.

27. Por fim, conclui informando as providências que teriam sido tomadas, conforme abaixo:

‘[...] de se determinar que já no SICRO 2 o referencial de preço do aço de construção em barras seja o das barras de 12,5 mm (Preço SINAPI: R\$ 3,78), que no próprio cálculo do TCU se aproxima bastante da média ponderada (R\$ 3,81/kg) para as pontes sobre os Rios Corujão, Tapirapé e Xavantinho. Também foi solicitado que se verifique a necessidade de consideração de preços diferenciados de aço no SICRO 3 para as OAE e para as demais estruturas em concreto armado[...]’ (fls. 146 do vol. principal).

Das empresas Engeponte Construções Ltda. (fl. 137/138 do vol. principal) e Atrativa Engenharia Ltda. (fl. 141/143 do vol. principal)

28. As empresas alegaram que estariam vinculadas ao edital de concorrência, e que as cláusulas ‘17.3.1’, ‘17.4’ e ‘17.5’ desse edital estabeleceriam que os quantitativos das composições não pudessem ser modificados, cuja pena seria a desclassificação do certame.

29. A empresa Engeponte Construções Ltda. acrescenta que não teria verificado detalhes das composições, e teria usado as próprias composições para avaliar a rentabilidade da obra, e que a análise teria sido feita com base no orçamento total, onde itens com preços baixos seriam equilibrados por outros com preços melhores.

30. Já a empresa Atrativa Engenharia Ltda. alega ainda que, além da presunção de legitimidade dos atos administrativos e vinculação ao edital (art. 41 da Lei 8.666/93), a empresa acreditava que as composições estavam corretas e, pela segurança jurídica, eventuais correções desses quantitativos nos contratos deveriam surtir efeito a partir do ajuste, pois a empresa teria sido surpreendida pelos apontamentos da auditoria em relação aos quantitativos inadequados do Sicro2 de pregos e aço.

31. Concluem que seria direito das contratadas manterem as condições das propostas, e que alterações nos contratos, na forma do art. 65, I b da Lei 8.666/93, deveriam produzir efeitos futuros.

Da análise

32. De fato, assiste razão ao Sr. Silvio Mourão de que a incorreção apontada na composição ‘2 S 03 119 01 – escoramento com madeira de OAE’ e a metodologia de cálculo do preço unitário para fornecimento de aço CA-50 estão no Sicro2 desde outubro de 2000, data anterior à sua nomeação para o cargo de Coordenador-Geral de Custos de Infraestrutura, que é de 4/7/2006, conforme publicação no Diário Oficial da União, Seção 2, de 5/7/2006 (fl. 283 do vol. principal).

33. Verificou-se que, de fato, o Dnit realizou a correção do consumo de pregos na composição ‘2 S 03 119 01- escoramento com madeira de OAE’ em setembro/2010. Entretanto, além da modificação do consumo de pregos, houve também um aumento significativo na quantidade de madeiramento na composição de custo (fl. 223 do vol. principal). Desse modo entendeu-se necessário solicitar ao órgão a memória de cálculo para os novos quantitativos de madeira utilizados nessa composição a partir de setembro/2010 e analisar detalhadamente a composição e os projetos das obras ora questionadas.

34. Analisando-se a memória de cálculo (fls. 210/221 do vol. principal) para os quantitativos de materiais adotados pelo Sicro2 na composição ‘2 S 03 119 01’ a partir da competência de setembro/2010, observa-se que, diferentemente da metodologia utilizada anteriormente, não foi considerada a reutilização da madeira, ou seja, a utilização da madeira duas vezes, conforme previsto no ‘Manual de Custos Rodoviários, Vol. 4, Tomo 2 Obras de Arte Especiais’. Além disso, foram suprimidos os itens ‘Caibros de 7,5 cm x 7,5 cm’, ‘Tábua de 5* 2,5 cm x 30 cm’ e ‘Tábua 2,5 x 22,5 cm’.

35. Portanto, conclui-se que a composição '2 S 03 119 01' apresentada no Sicro2, a partir da competência de setembro/2010, apesar de ter corrigido o consumo de pregos, encontra-se com os consumos de madeira superestimados, pois não considera a reutilização da madeira.

36. Como a memória de cálculo para esse serviço, constante do 'Manual de Custos Rodoviários, Vol. 4, Tomo 2 Obras de Arte Especiais', considera a seção do tabuleiro da OAE como sendo de 9,68 metros de largura (fl. 225/230 do vol. principal), enquanto que os projetos dos Contratos 873/2009-11 e 874/2009-11 preveem pontes com seção do tabuleiro de 12,80 metros de largura (fls. 231/240 do vol. principal), entendeu-se necessário ajustar os preços de referência.

37. Diante disso, e considerando que o caso concreto trata de pontes com tabuleiros de 12,8m de largura, mostra-se necessária a reavaliação do sobrepreço inicialmente apontado, ajustando-se, a partir da metodologia do Sicro2, os consumos de materiais da composição de serviço '2 S 03 119 01', de setembro/2008, à dimensão de 12,8m. Sendo assim, considerando os critérios utilizados no 'Manual de Custos Rodoviários, Vol. 4, Tomo 2 Obras de Arte Especiais', alterando-se as dimensões da seção do tabuleiro de 9,68m para as da seção constante dos projetos (12,8m de largura), obtém-se os seguintes quantitativos de materiais (fl. 241 do vol. principal).

Materiais	Consumo (2 vezes)	Unidade
Escoras de eucalipto	0,7100	m/m ³
Tábuas 2,5cmx30cm	0,2150	m/m ³
Tábuas 2,5cmx15cm	3,8363	m/m ³
Caibros 7,5cmx7,5cm	0,0651	m/m ³
Tábuas 2,5cmx22,5cm	0,1946	m/m ³
Pranchão 7,5cmx30cm	0,1155	m/m ³
Pregos	0,1200	kg/m ³

38. Com novos consumos de prego e de madeira (para pontes de 12,8m de largura), os preços de referência para os serviços de 'escoramento com madeira de OAE', com a utilização desses quantitativos na composição '2 S 03 119 01' do Sicro2 de setembro/2008, já incluídos os custos com transporte, são os seguintes (fl. 242 do vol. principal):

Obras de arte especiais (OAE)	Preços de referência serviço '2 S 03 119 01' (R\$/m ³ – setembro/2008)
Contrato 873/2009-11	
Rio Santana	45,11
Rib. Beleza	44,68
Rio S. Marcos	44,41
Córrego Patrício	44,22
Rio Crisóstomo	44,03
Córrego Samambaia	43,56
Contrato 874/2009-11	
Rio Tapirapé	43,14
Rio Corujão	43,40
Rio Xavantinho	43,48
Vazante Rio Tapirapé	43,12

39. Após comparação desses preços unitários com os valores constantes dos Contratos 873/2009-11 e 874/2009-11, não se observou mais sobrepreço para o item '2 S 03 119 01-escoramento com madeira de OAE' (fl. 243 do vol. principal).

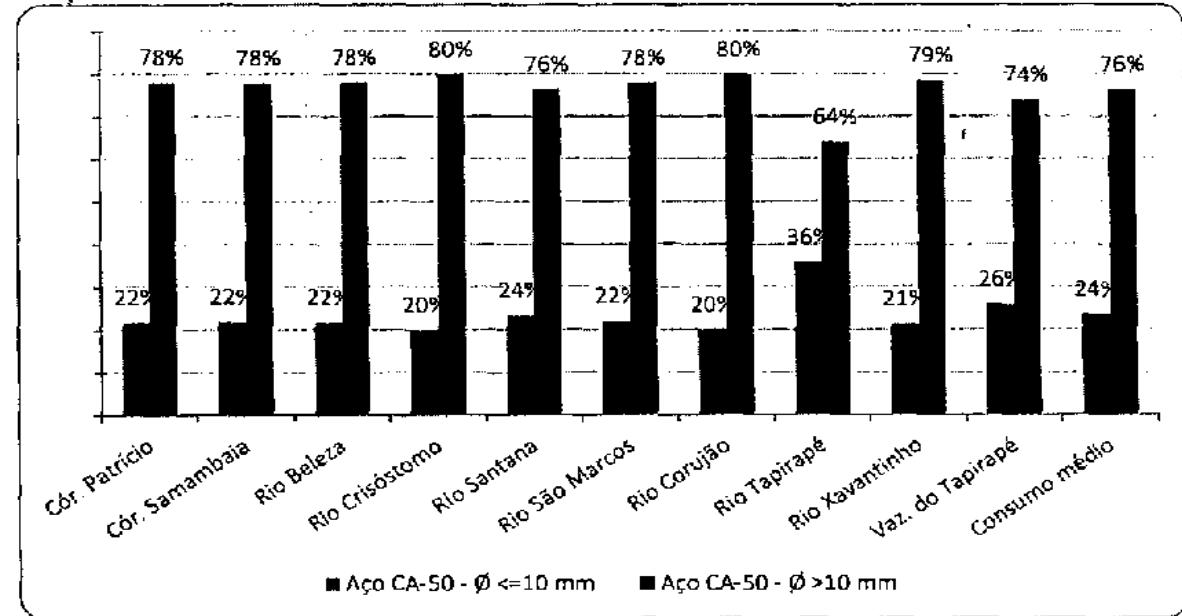
40. Portanto, após reavaliação do caso concreto, em que as pontes são de 12,80m de largura, não se confirmaram os indícios de sobrepreço no serviço de '2 S 03 119 01 – escoramento com madeira de OAE', inicialmente apontados nos 873/2009-11 e 874/2009-11.

41. Em relação ao serviço de '1 A 00 302 00 – fornecimento de aço CA-50', assiste razão à alegação de que o preço constante da composição auxiliar '1 A 00 302 00 – Fornecimento de Aço CA-50', do Sicro2, seria obtido por meio da estimativa do consumo de aço nas estruturas de concreto armado das obras de drenagem superficial, obras de arte correntes (OAC) e obras de arte especiais (OAE), e que seria uma forma de simplificação para que as composições de custos não fiquem extensas. Porém, essa simplificação orçamentária não pode justificar o potencial sobrepreço no fornecimento de aço CA-50 para OAE.

42. Para mitigar o risco de sobrepreço, entende-se que a utilização de duas composições de preços unitários que melhor espelhem a realidade das obras, sendo uma para fornecimento de aço em OAE e outra para fornecimento de aço nos demais serviços, não se contrapõe à necessidade de simplificação para que o orçamento não fique muito extenso.

43. As obras ora analisadas, em que as OAE são contratadas em licitações separadas das demais obras rodoviárias, tornam mais evidente a necessidade de serem consideradas composições de custos unitários diferentes para o fornecimento de aço CA-50 em OAE e demais obras rodoviárias.

44. Pode-se observar que o percentual de consumo médio de aço com diâmetro maior que 10mm (76%), apresentado no gráfico abaixo, referente às pontes objetos dos Contratos 873/2009-11 e 874/2009-11, ratifica essa necessidade de diferenciação dos preços de fornecimento de aço CA-50.



Dados de consumo de aço CA-50 obtidos a partir dos projetos encontram-se na planilha de quantitativos de aço por ponte (fl. 244/250 do vol. principal)

45. Como o item '1 A 01 580 02 – Fornecimento, preparo e colocação de aço CA-50' representa cerca de 30% dos contratos de Obras de Arte Especiais, essa necessidade de diferenciação dos preços de fornecimento de aço CA-50 para OAE em relação aos preços do fornecimento de aço para as demais obras torna-se urgente em face do Programa de Reabilitação de

Obras de Arte Especiais – Proarte, com previsão de aplicação de R\$ 5,8 bilhões nos próximos quatro anos (fl. 280/281 do vol. principal). Esse programa Proarte prevê obras de restauração, reforço e alargamento de pontes da malha rodoviária federal, que inclui o fornecimento de aço para as obras e, consequentemente, possível contratação com potencial sobrepreço.

46. Em relação ao caso concreto, para os Contratos 873/2009-11 e 874/2009-11, analisando-se em conjunto os serviços de '2 S 03 119 01- escoramento com madeira de OAE' e de '1 A 01 580 02 – Fornecimento, preparo e colocação de aço CA-50', o sobrepreços seriam de 3,3% e 3,6% em relação aos valores contratuais, respectivamente, conforme apresentado em resumo abaixo, e detalhadamente na planilha à folha 251 do vol. principal.

Descrição	Contrato 873/2009-11 (até 16ª medição)	Contrato 874/2009-11 (até 15ª medição)
Sobrepreço – fornecimento prep. colocação aço	403.617,39	456.313,21
Desconto – escoramento com madeira de OAE	(59.122,59)	(90.512,13)
Total do sobrepreço	344.494,80	365.801,08
Percentual sobre o valor contratual	3,3%	3,6%
Valor total do contrato, com aditivos	10.400.709,94	10.148.306,31

47. Considerando que: houve desconto em relação ao edital de 2,42% no Contrato 873/2009-11 e de 2,89% no Contrato 874/2009-11; o preço para o serviço '1 A 00 302 00 – Fornecimento de Aço CA-50' constante do orçamento base do Edital 205/2009-11 está de acordo com a metodologia vigente à época no Sicro2, e o preço do fornecimento de aço CA-50 para OAE carece de estudo mais aprofundado por parte do Dnit; esses contratos estão com 98,38% e 99,71% executados, respectivamente; em atenção ao princípio da boa fé e à necessidade de que o Dnit apresente estudo detalhado e conclusivo que confirme, ou não, a necessidade de preços distintos para o fornecimento do aço CA-50, entende-se que, para o caso concreto, mostra-se oportuno considerar esclarecida essa irregularidade.

48. Contudo, em razão da representatividade dos serviços de escoramento e fornecimento de aço em obras de arte especiais (OAE), entende-se necessário determinar ao Dnit para que reavalie os quantitativos de materiais adotados pelo Sicro2 na composição '2 S 03 119 01' a partir da competência de setembro/2010, pois, diferentemente da metodologia utilizada anteriormente, não considerou a reutilização da madeira, ou seja, o aproveitamento da madeira duas vezes, conforme previsto no 'Manual de Custos Rodoviários, Vol. 4, Tomo 2 Obras de Arte Especiais', além da supressão os itens 'Caibros de 7,5 cm x 7,5 cm', 'Tábua de 5º 2,5 cm x 30 cm' e 'Tábua 2,5 x 22,5 cm', e apresente estudos conclusivos que analisem a necessidade, ou não, de se adotar composições de preço distintas para o fornecimento do aço CA-50 em obras de arte especiais (OAE) e demais obras.

49. Por se considerar oportuno, em razão da relevância econômica dos serviços de escoramento em obras de arte especiais, entende-se necessário que o Dnit considere também a possibilidade de incluir na cesta de composições de custos unitários do Sicro2, o serviço de escoramento metálico, além do escoramento de madeira já existente. Observa-se que o escoramento de madeira tem sido cada vez menos utilizado nas obras, em detrimento do uso cada vez mais comum do escoramento metálico, o qual possui diversas vantagens como o aumento da produtividade e a diminuição dos custos, haja vista sua possível reutilização por várias vezes.

50. Quanto às alegações das empresas contratadas, Engeponte Construção Ltda. e Atrativa Engenharia Ltda., executoras responsáveis pelos Contratos 874/2009-11 e 873/2009-11, respectivamente, pelos motivos expostos acima, entende-se afastado o sobrepreço decorrente de quantitativo inadequado se refere à utilização de quantitativo superestimado de pregos na composição '2 S 03 119 01' e de fornecimento de aço CA-50 na composição '1 A 00 302 00'.

III.2) 'Ausência de termo aditivo formalizando alterações das condições inicialmente pactuadas' (item 3.1)

51. Foi apontado que os serviços de tubulão, para apoio da superestrutura da ponte sobre o Rio Corujão, estariam aumentados em 2 metros, e que a justificativa seria o nível alcançado pelo rio após forte chuva ocorrida no ano de 2007, enquanto o projeto seria de 2004, contemplando nível máximo de vazão inferior ao atingido em 2007.

52. Essa alteração teria acarretado aumento de insumos e serviços, e consequente aumento do valor do Contrato 874/2009-11, sem a aprovação da Coordenação-Geral de Construção Rodoviária do Dnit.

Do Sr. Otto Zittlau (fls 2/4 do anexo V)

53. Em relação à elevação dos tubulões da ponte sobre o Rio Corujão em 2 metros além do previsto no projeto contratado, o Sr. Otto Zittlau, na condição de fiscal do contrato 874/2009-11, alega que:

- em fevereiro de 2010 teria ocorrido na região mato-grossense enchente de elevada proporção, e que o nível das águas do Rio Corujão teria atingido a cota prevista para a parte inferior (vistas longarinas) da superestrutura da ponte;

- a empresa Direção Consultoria e Engenharia Ltda., supervisora da obra, teria orientado a elevação dos pilares (tubulão) em 2 metros para atender aos novos dados pluviométricos (fls. 11/18 do anexo V);

- a empresa Engeponte, responsável pela execução da obra, teria sido informada por meio do Ofício SR/DNIT/MT – AB 204/2010 (fl. 19 do anexo V) sobre a necessidade de elevação dos pilares da ponte sobre o Rio Corujão e que as obras seriam paralisadas até o aditamento contratual.

- a empresa Engeponte, alegando que a paralisação geraria custos de desmobilização e mobilização novamente, além de custos com manutenção do canteiro montado para as obras da ponte do Rio Corujão, teria proposto concluir as obras com a elevação de 2 metros nos pilares, e que arcaria com os custos acrescidos até a revisão do projeto e formalização do termo aditivo ao contrato (fl. 20 do anexo V).

54. Por fim, conclui que a alteração seria necessária para preservar o patrimônio público, a revisão seria inevitável, o reflexo financeiro seria de 7,2% no custo da ponte e de 1,08% no valor do contrato e a empresa executora continuaria a obra da ponte sobre o Rio Corujão sem receber pelos serviços adicionais até o aditamento do contrato. Sendo assim, para o Sr. Otto Zittlau, não teria havido dano ao erário.

Da empresa Engeponte Construções Ltda. (fl. 137 do vol. principal)

55. A Engeponte Construções Ltda. alega, em síntese, que:

- não teria conferido os quantitativos do edital;

- o projeto base teria previsto uma ponte de 70 metros sobre o Rio Corujão, e os quantitativos do orçamento seriam para uma ponte de 50 metros, que teria sido detectado após a ordem de serviço;

- teria encaminhado ao fiscal da obra ofício contendo proposta para executar os serviços até o aditamento do Contrato 874/2009-11;

- que a antecipação dos serviços teriam sido em benefício da União, considerando que até a data da resposta à oitiva (13/10/2010) não haveria efetivado o respectivo aditamento;

- e, que esses serviços não teriam sido medidos ou pagos sem o termo aditivo ao referido contrato.

Da análise

56. Quanto à execução dos serviços de tubulão, para apoio da superestrutura da ponte sobre o Rio Corujão, com 2m de altura a mais que o contratado, observa-se que, até o 16º boletim de medição, de abril/2011, não foram medidos ou pagos valores superiores ao inicialmente contatado para essa ponte (fls. 252/255 do vol. principal).

57. O termo aditivo foi formalizado em 4/5/2011, no valor de R\$ 924.079,86, representando 10% sobre o valor inicialmente contratado (R\$ 9.224.226,45). Em razão desse aditivo, verificou-se que foram mantidos os descontos inicialmente apresentados nesse contrato,

tanto para as obras da ponte sobre o Rio Corujão, quanto para o total contratado, conforme apresentado abaixo.

Descrição / Obra	Rio Corujão	Total Geral
Contrato 874/2009-11		
A – Valor inicial do contrato	1.379.121,50	9.224.226,45
B – Aditivo	742.601,61	924.079,86
C – Valor total do contrato (A+B)	2.121.723,06	10.148.306,31
Edital 205/2009-11		
D – Valor do orçamento base	1.403.902,59	9.499.612,17
E – Desconto inicial ($[1 - A / D] \times 100$)	1,77%	2,90%
F – Valor Orçado com aditivo	2.159.560,77	10.442.874,52
G – Desconto, com aditivo ($[1 - C / F] \times 100$)	1,75%	2,82%

Demonstrativo detalhado às fls. 256 do vol. principal

58. Em pesquisa na internet, pode-se comprovar que em fevereiro de 2010 ocorreram intensas chuvas na região de Mato Grosso, a exemplo da notícia extraída no sitio 'http://noticias.ambientebrasil.com.br' (fls. 257/258 do vol. principal), além disso, foram apresentadas fotos com o nível das águas do Rio Corujão próximas ao infradorso da viga transversina dessa ponte (fl. 13 do anexo 5).

59. Em que pese a execução de serviços sem a formalização contratual não atender ao disposto nos artigos 60 e 62 da Lei de Licitações e Contratos, conforme analisado acima, restou comprovado que a empresa responsável pelo contrato arcou com os custos adicionais dos serviços executados até a formalização do aditivo.

60. Em razão do exposto, entende-se razoável não propor aplicação de multa e dar ciência ao Dnit que a execução dos serviços de tubulão com 2m de altura a mais que o contratado sem a devida formalização de termo aditivo afronta os artigos 60 e 62 da Lei 8.666/1993.

III.3) 'Liquidação irregular da despesa' (item 3.2)

61. Identificou-se que os serviços de escavação, carga e transporte (ECT) e de compactação não estariam sendo medidos de acordo com as especificações de serviços do Dnit.

62. Conforme estaria previsto na Norma Dnit 107/2009 – ES – Terraplenagem empréstimos (Revisão da Norma DNER – ES 281/97), os serviços de ECT deveriam ser medidos pelos volumes geométricos extraídos (volume in natura), enquanto, de fato, estariam sendo medidos com base nos volumes transportados pelos caminhões (material solto). E, como, de acordo com o Manual do Dnit, a relação entre o volume in natura e o volume compactado de ECT é de 1,30, haveria um índice de superfaturamento de R\$ 974.686,61 para o contrato 147/2009-11, de R\$ 188.481,26 para o Contrato 148/2009-11 e de R\$ 674.081,95 para o Contrato 149/2009-11.

63. Haveria desconformidade também na medição dos serviços de compactação, pois a auditoria teria constatado que as contratadas estariam medindo esses serviços com base na relação entre o volume de material escavado e o volume de material compactado, quando deveria ser medido com base no apoio topográfico e nas referências de níveis constantes dos projetos licitados, conforme estabelece a Norma Dnit 108/2009/ES – Terraplenagem – aterros (Revisão da Norma DNER – ES 282/97), gerando um índice de superfaturamento de R\$ 72.847,97 para o Contrato 147/2009-11, de R\$ 33.802,22 para o Contrato 148/2009-11 e de R\$ 72.772,59 para o Contrato 149/2009-11 (fls. 43/45 do vol. principal).

Do Sr. Otto Zittlau (fls 4/8 do anexo V)

64. Em relação à liquidação irregular de despesas, o Sr. Otto Zittlau, na condição de fiscal dos contratos ora questionados, alega que a empresa supervisora teria sido contratada em

setembro de 2009, que os primeiros seis meses das obras objetos dos Contratos 147/2009-11, 148/2009-11 e 149/2009-11 teriam sido executados sem o auxílio da executora para fiscalização.

65. Adiante, informa que os serviços de ECT teriam sido medidos pelos valores apresentados pelas executoras a partir de dados topográficos do trecho executado de compactação, ao qual teria sido aplicado o fator de homogeneização (relação entre densidade do solo na caixa de empréstimo e a densidade do mesmo solo compactado), conforme estaria na norma 'Dnit – Manual de Implantação Básica'.

66. Acrescenta que a utilização do coeficiente de homogeneização seria em razão de que:

- algumas caixas de empréstimo e jazidas indicadas em projeto (de 2004) teriam sido descaracterizadas ou exauridas por contratos de conservação ou terceiros;

- seria difícil obter novos levantamentos topográficos iniciais depois de retiradas de material;

- a fiscalização teria que confiar em dados topográficos primitivos informados pelas executoras dos contratos;

- seria possível gerar cotas primitivas diferentes das efetivamente existentes;

- eventual retirada de materiais por terceiros seria computada no cálculo do volume geométrico entre as cotas primitivas e as cotas após os serviços de ECT;

- seria possível, a qualquer momento, se verificar e aferir os volumes escavados, após a execução dos aterros;

67. Alega também que a fiscalização teria a intenção de solicitar à empresa supervisora a conferência dos valores medidos, e que essa revisão das medições estaria em curso quando da auditoria realizada por este Tribunal.

68. Já, em relação aos serviços de compactações dos aterros, o Sr. Otto Zittlau informa que teria decidido pela medição baseada na 'média (valores do orçamento)' por não dispor de equipe de topografia, e que os volumes de compactação poderiam ser medidos posteriormente e corrigidos.

69. Que, em dezembro de 2009, quando da contratação da supervisora, a fiscalização teria solicitado à empresa supervisora a verificação dos quantitativos medidos e a retificação, quando necessária.

70. Os quantitativos divergentes levantados pela supervisora foram retificados nas medições de junho de 2010, e teriam sido estornados os valores de R\$ 1.221.009,43 no Contrato 147/09-11, R\$ 261.048,64 no Contrato 148/09-11 e R\$ 416.458,08 no Contrato 149/09-1.

71. E conclui que:

'[...] os valores das primeiras medições foram medidos de acordo com os valores informados pelas construtoras. Desde o primeiro momento esta fiscalização já tinha o firme propósito de, no momento em que os valores pudessem ser analisados com apoio técnico (equipes de topografia, laboratórios e de computação), eles o seriam e, como as obras estavam no início, havia tempo hábil para corrigi-los. Isto foi feito. Assim, esta fiscalização entende que não houve desvio de conduta por adotar um método de medição que garante que os valores medidos podem, a qualquer momento, ser verificados, ratificados ou retificados e, com isto as obras sofreram continuidade.' (fl. 8 do anexo V)

Da empresa Semenge S/A Engenharia e Empreendimentos. (fl. 167/170 do vol. principal)

72. Em relação aos serviços de ECT, segundo alegação da empresa Semenge, o volume seria medido da seguinte forma:

'[...] Nos empréstimos e/ou cortes é efetuada a limpeza do terreno, seguido do levantamento topográfico. Após o término da escavação, é realizado um novo levantamento topográfico e calculado o volume do material retirado. [...]’ (fl. 168 do vol. principal).

73. Esse volume seria também utilizado para aferir a quantidade do material utilizado no aterro e a distância média de transporte (DMT).

74. Além dessa medição, os quantitativos medidos seriam conferidos por meio do produto do volume de aterro pelo fator de homogeneização (densidade do solo in natura / densidade do solo compactado), e essas densidades seriam obtidas em ensaios laboratoriais.

75. Já, para os serviços de compactação, a medição seria por meio do cálculo do volume de aterro entre a cota primitiva das seções levantadas após limpeza da parte interna aos off-set e o greide da rodovia em que o serviço tenha sido concluído.

76. Que a compactação a 100% do Proctor Normal (PN) seria a camada superior de 60cm do aterro, e o aterro abaixo dos 60cm de compactação 100% PN seria considerado compactação a 95% PN.

77. Por fim, acrescenta que a manifestante faria os apontamentos das viagens de caminhão com a finalidade de controle interno, e conclui que as medições de ECT e de compactação seriam feitas conforme os normativos do Dnit e que não haveria superestimação de quantitativos.

Da empresa Toniolo Busnello S/A Túneis Terrapl. e Paviment. (fl. 48/52 do anexo V)

78. Em relação aos serviços de ECT medidos em desconformidade com os normativos do Dnit, a empresa Toniolo alega que os volumes de ECT seriam calculados com base no levantamento topográfico da compactação multiplicado pelo fator de homegeinização, conforme 'Dnit – Manual de Implantação Básica'.

79. A utilização do coeficiente de homogeneização seria em razão de que:

- algumas caixas de empréstimo e jazidas indicadas em projeto (de 2004) teriam sido utilizadas ou exauridas por contratos de conservação ou terceiros;
- seriam utilizados materiais das caixas de empréstimos para os caminhos de serviços e para execução de serviços solicitados pelos proprietários dos locais destas caixas de empréstimos, que seriam computados por levantamentos topográficos diretos nas referidas caixas;
- materiais de empréstimos poderiam ser retirados para consertos localizados nas estradas municipais, em períodos chuvosos, que seriam computados no cálculo do volume geométrico entre as cotas primitivas e as cotas após os serviços de ECT;
- seria possível, a qualquer momento, se verificar e aferir os volumes escavados, após a execução dos aterros;

Da empresa Agrimat Engenharia Indústria e Comércio Ltda. (fl. 194/197 do vol. principal)

80. Em relação aos serviços de ECT, a empresa Agrimat alega que os serviços de ECT estariam sendo medidos com base nos volumes geométricos das caixas de empréstimos entre as medições calculados em razão dos levantamentos topográficos (seções primitivas e posteriores à exploração dos empréstimos), conforme a norma 'Dnit-ES 107/2009 – terraplenagem – empréstimos', e não com base nos volumes transportados pelos caminhões.

81. Que desconheceria a origem da informação obtida pela auditoria, pois as medições seriam referentes apenas a volumes de corte.

82. Adiante, informa que os apontamentos em campo referentes às viagens de caminhões seriam para controle interno, e não para cálculo de volumes.

83. Em relação aos serviços de compactação de aterros, os volumes seriam obtidos por meio de levantamento topográfico primitivos (após limpeza entre os off set) e após o aterro atingir a cota de projeto.

84. Que os levantamentos efetuados pela empresa manifestante seriam para controle, e que as medições estariam a cargo da empresa supervisora da obra.

85. E, nas medições, seria observada a proporção entre compactação à 100% do proctor normal (PN) e à 95% do PN.

86. Acrescenta que os levantamentos de 'cubação' estariam disponíveis na seção técnica da empresa, e que não teriam sido solicitados quando da auditoria.

Da análise

87. As empresas manifestantes alegam que os apontamentos referentes às viagens de caminhões levantadas na execução da auditoria seriam apenas para controle interno. Como não foram encontrados nos autos evidências que vinculem esses apontamentos referentes às viagens de caminhões com as medições dos serviços de ECT, entende-se que a justificativa de que esses apontamentos seriam para controle das empresas executoras deve ser acatada.

88. As empresas Semenge S/A e Agrimat alegam que os serviços de ECT e de compactação estariam sendo medidos com base nos levantamentos topográficos, de acordo com as normas do Dnit.

89. Já a empresa Toniolo Busnello S/A informa que as medições seriam com base na aplicação do fator de homogeneização, a partir dos levantamentos topográficos dos aterros compactados, em função da confiabilidade e da possibilidade de aferição posterior.

90. O Sr. Otto Zittlau, ao contrário do que é alegado pelas empresas Semenge S/A e Agrimat, informa também que os serviços de ECT estariam sendo medidos com a utilização do fator de homogeneização, aplicados aos volumes de aterros compactados dos levantamentos topográficos, pois, segundo ele, garantiria mais confiabilidade e permitiria a aferição posterior das medições.

91. Acrescenta também que já teria solicitado à empresa responsável pela supervisão dos Contratos 147/2009-11, 148/2009-11 e 149/2009-11 para que refizesse as seis primeiras medições referentes aos períodos executados sem que houvesse acompanhamento de supervisão, para os correspondentes ajustes, se necessário. Para comprovar apresentou o Ofício SR/DNIT/MT AB 112/2009 (fl. 21 do anexo V) endereçado à empresa Direção – Consultoria e Engenharia Ltda.

92. Foram acostados aos autos os volumes um a três do anexo V nos quais constam as revisões das medições desses contratos com os respectivos ajustes.

93. Em princípio, a determinação constante dos itens 9.4.1, 9.4.2 e 9.4.3 do Acórdão 1959/2010-Plenário do TCU teriam sido atendidas, e as manifestações dos gestores deveriam ser acatadas.

94. No entanto, observa-se que, embora o Dnit tenha realizado o estorno dos valores pagos pelos serviços, numa análise pormenorizada das medições, verifica-se que ainda permanecem inconsistências nos valores medidos e pagos nos Contratos 147/2009-11, 148/2009-11 e 149/2009-11. Essas inconsistências se referem às relações aterro/corte dos contratos, que apresentam índices elevados, conforme apresentado na tabela abaixo, e de forma detalhada às folhas 259/261 do vol. principal.

Contratos (acumulado até a 23ª medição)	147/2009-11	148/2009-11	149/2009-11
Total de 'ECT de material de 1ª categoria'	510.195,24	336.275,87	636.829,10
Total de 'compactação (95% e 100%)'	348.710,36	181.383,68	304.792,94
Fator de homogeneização	1,46	1,85	2,09

95. Em análise às planilhas fornecidas pelo Dnit (fls. 203/205 do volume principal), verificou-se que os volumes de ECT foram utilizados na compactação de aterros a 95% e a 100%, o que corrobora os boletins de medição extraídos do Sistema de Acompanhamento de Contratos do Dnit – SIAC, nos quais não são identificados volumes relevantes de compactação de materiais para bota fora (fls. 262/274 do vol. principal).

96. O fator de homogeneização é a relação entre o volume do material no corte (in natura) e o volume deste mesmo material compactado. É obtido pela razão entre as densidades aparentes secas (in situ) dos materiais, compactado e in natura no corte, conforme consta do 'Manual de Implantação Básica de Rodovia, 3ª Edição'.

97. Esse 'Manual de Implantação Básica de Rodovia' considera o percentual de 5% para compensar as perdas com o transporte e possíveis excessos na compactação, a ser acrescido ao fator de homogeneização real do solo.

98. Na fase de projeto é considerada também a parcela referente à existência de camada de vegetação e solo com detritos vegetais que recobrem as áreas de corte e aterro, imprópria para a execução de aterros.

99. O fator de homogeneização é de grande importância para avaliação do volume de escavação necessário à execução dos aterros, quando da elaboração dos projetos.

100. O fator de homogeneização de 1,30 (volume de ECT dividido pelo volume de compactação) é adequado para o projeto básico, pois conforme consta da Instrução de Serviço 206 do Dnit, item 3.2.2:

‘Ao longo de toda a extensão do projeto serão executados ensaios para determinação da massa específica aparente ‘in situ’ de modo a se obter elementos para definir o fator de contração aterro/corte’.

101. Autores como Aldo Dórea Mattos, no livro ‘Como Preparar Orçamentos de Obras’, Ed. PINI, e Paulo Roberto Villela Dias, em sua obra ‘Engenharia de Custos, Uma Metodologia de Orçamentação para Obras Civis’, consideram o fator de homogeneização de 1,11 para solos em geral.

102. O Sicro2 utiliza o fator de homogeneização de 1,15, já incluídas as perdas, para o consumo de ‘1 A 01 120 01 – Escav. e carga de mater. de jazida (const e restr)’ em diversos serviços, tais como: ‘2 S 02 100 00 – Reforço do subleito’; ‘2 S 02 200 00 – Sub-base solo estabilizado granul. s/ mistura’; ‘2 S 02 200 01 – Base solo estabilizado granul. s/ mistura’.

103. Em projetos, o fator de homogeneização usualmente adotado varia entre 1,20 e 1,30, já consideradas as perdas por transporte, excessos de compactação e camada superficial de solo impróprio para aterros.

104. Em virtude dos valores apresentados na relação corte/aterro dos Contratos 147/2009-11, 148/2009-11 e 149/2009-11 estarem elevados, subsistem indícios de que as medições não condizem com a realidade dos serviços executados, e que os valores pagos pelos serviços de ECT podem estar superestimados, gerando um indício de superfaturamento das medições.

105. Em razão desses índices de homogeneização obtidos das relações aterro/corte já executados até a 23ª medição, nos Contratos 147/2009-11, 148/2009-11 e 149/2009-11, estarem elevados e, por si só, não serem suficientes para caracterizar a irregularidade na medição de ECT, entende-se que, por se tratar de novos indícios, é pertinente propor a esta Corte de Contas que determine a inclusão dos objetos desses contratos no plano de fiscalização do TCU de 2012 para que seja verificada, mormente, a efetiva execução dos volumes de ECT e compactação medidos, sem prejuízo na definição do escopo da fiscalização.

III.4) ‘Execução de serviços com qualidade deficiente’ (item 3.4)

106. Segundo o relatório de auditoria, as empresas responsáveis pelos Contratos 147/2009-11, 148/2009-11 e 149/2009-11 estariam pavimentando a pista de rolamento com concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) antes da execução do tratamento superficial duplo (TSD) nos acostamentos, o que poderia acarretar falhas nas juntas longitudinais desses serviços, permitindo o acúmulo de água e consequente redução na vida útil do pavimento (fls. 61/62 do vol. principal).

Do Sr. Otto Zittlau (fls 8/9 do anexo V)

107. Em relação aos serviços de CBUQ e TSD executado com qualidade deficiente, o Sr. Otto Zittlau alega que o CBUQ possuiria características impermeabilizantes, enquanto o TSD seria de estrutura asfáltica aberta e permitiria a passagem de água, já que a compactação não fecharia todos os seus vazios.

108. Que a base, sobre a qual seriam lançados o CBUQ e o TSD, possuiria uma inclinação de 3% do eixo para a borda da plataforma, o que permitiria o escoamento da água para fora do corpo estrada.

109. E, como seriam serviços com características diferentes (CBUQ fechado e TSD aberto), com espessuras distintas, haveria um degrau na junção longitudinal dos dois serviços, independente da ordem de execução.

110. Que a impermeabilização proporcionada pela imprimação é que garantiria a qualidade e durabilidade da obra, conforme estaria no item 5.3.5 da norma 'Dnit-ES 306/97 – Pavimentação – Imprimação'.

111. Acrescenta que a norma 'Dnit-ES 309/97 – Pavimentação – Tratamento Superficial Duplo', item 5.3.5 citado no relatório de auditoria, seria referente aos cuidados necessários nas juntas transversais e longitudinais relacionadas ao mesmo tipo de revestimento.

112. Conclui que não haveria prejuízo para qualidade ou durabilidade em função da ordem de execução dos serviços de CBUQ ou TSD quando a imprimação tenha sido executada de uma só vez.

Da empresa Semenge S/A Engenharia e Empreendimentos. (fl. 170/171 do vol. principal)

113. Em relação ao fato de que estaria executando o CBUQ antes do TSD, a empresa informa que a imprimação (pintura impermeabilizante) seria executada em toda a pista, ou, nos 12 metros de largura projetados, e que:

- na execução das juntas longitudinais entre o CBUQ e TSD, seriam tomados cuidados especiais para evitar excesso ou falta de materiais betuminosos;
- que não haveria prejuízo na qualidade dos serviços em razão da ordem de execução de CBUQ ou TSD em primeiro, desde que a imprimação fosse feita de uma só vez.

114. E conclui que a execução nos termos apresentados preservaria a qualidade e durabilidade dos serviços.

Da empresa Toniolo Busnello S/A Túneis Terrapl. e Paviment. (fl. 52/53 do anexo V)

115. Em relação à execução de serviços com qualidade deficiente, com aplicação de CBUQ antes de TSD, a empresa Toniolo alega que o CBUQ seria projetado com espessura de 5,0 cm, enquanto o TSD seria em espessura de 2,5 cm, o que apresentaria um degrau, independente da ordem de execução.

116. Que os dois revestimentos seriam distintos e aplicados sobre a base com declive de 3% do eixo à borda externa do acostamento.

117. E, o que garantiria a qualidade dos serviços seria a imprimação, camada impermeabilizante a ser aplicado entre a base e o revestimento betuminoso.

118. A aplicação da imprimação de uma única vez protegeria a junção do CBUQ da pista de rolamento com o TSD do acostamento, e garantiria a qualidade e a durabilidade, independente da sequência de execução dos serviços de CBUQ e TSD.

Da empresa Agrimat Engenharia Indústria e Comercio Ltda. (fl. 194/197 do vol. principal)

119. A empresa Agrimat informa que, à época da execução da fiscalização, não teria iniciado ainda os serviços de TSD e de CBUQ.

Da análise

120. Assiste razão à empresa Agrimat Engenharia Indústria e Comercio Ltda., pois, pode-se observar que, até a 13ª edição (fl. 275/279 do vol. principal), não foram medidos serviços de TSD e de CBUQ, descaracterizando, até o momento, a irregularidade 'execução de serviços com qualidade deficiente' para o Contrato 148/2009-11.

121. De fato, conforme alegado pelas manifestantes, o item '5.3.5' da norma 'Dnit-ES 309/97 – Pavimentação – Tratamento Superficial Duplo' define cuidados executivos para juntas no mesmo tipo de revestimento, TSD. E na norma 'Dnit-ES 306/97 – Pavimentação – Imprimação' consta que a imprimação teria, entre outras funções, a de impermeabilização entre o aterro e o revestimento a ser executado.

122. Portanto, por não ser possível comprovar efetivamente o potencial risco à qualidade dos serviços, entende-se, na presente instrução, ser mais adequado afastar a irregularidade ora

apontada, haja vista a proposta de que esta Corte de Contas determine a inspeção desses contratos, momento em que será possível verificar a qualidade na execução desses serviços de CBUQ e TSD.

III.5) Manifestação do Dnit acerca dos subitens 9.4.1 9.4.2 do Acórdão 1959/2010-Plenário-TCU

123. No Acórdão 1959/2010, do Plenário desta Corte de Contas, foi determinado ao Dnit que:

9.4.1 corrija a forma de medição para os serviços de escavação, carga e transporte de materiais e para os de compactação, nos moldes das normas Dnit 107/2009-ES e Dnit 108/2009-ES;

9.4.2 reavalie as medições anteriores de acordo com as normas técnicas supracitadas;

9.4.3 encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 dias, as providências adotadas pela autarquia para os itens 9.4.1 e 9.4.2 supra;

Da análise

124. Por meio do Ofício 20/2011/DG-DNIT (fls. 177/191 do vol. principal), o Dnit encaminhou cópia da manifestação do Sr. Otto Zittlau, já analisada no item 'III.3' desta instrução, na qual consta que as medições de ECT e compactação estariam de acordo com as normas da Autarquia.

125. Posteriormente, encaminhou a Esta Corte de Contas, por meio do Ofício 1592/2011/DG e anexos, as medições revistas pela empresa Direção Consultoria e Engenharia Ltda., supervisora dos Contratos 147/2009-11, 148/2009-11 e 149/2009-11, informando que as medições dos serviços de aterro estariam de acordo com a norma Dnit-ES 108/2009 (anexo 7).

126. Em princípio, considerando esses documentos encaminhados pelo Dnit, os itens 9.4.1 a 9.4.3 do Acórdão 1959/2010 – TCU – Plenário teriam sido atendidos.

127. Contudo, conforme já analisado no item 'III.3' desta instrução, foram calculados índices de homogeneização a partir das relações aterro/corte já executados, até a 23ª medição dos Contratos 147/2009-11, 148/2009-11 e 149/2009-11, e por apresentarem índices elevados, e não serem suficientes, por si só, para caracterizarem irregularidade na medição de ECT, entende-se que, por se tratar de novos índices, é pertinente propor a esta Corte de Contas que determine a inclusão dos objetos desses contratos no plano de fiscalização do TCU de 2012 para que seja verificada, mormente, a efetiva execução dos volumes de ECT e compactação medidos, sem prejuízo na definição do escopo da fiscalização.

IV) Da conclusão

128. Em relação aos Contratos 873/2009-11 e 874/2009-11, conclui-se por:

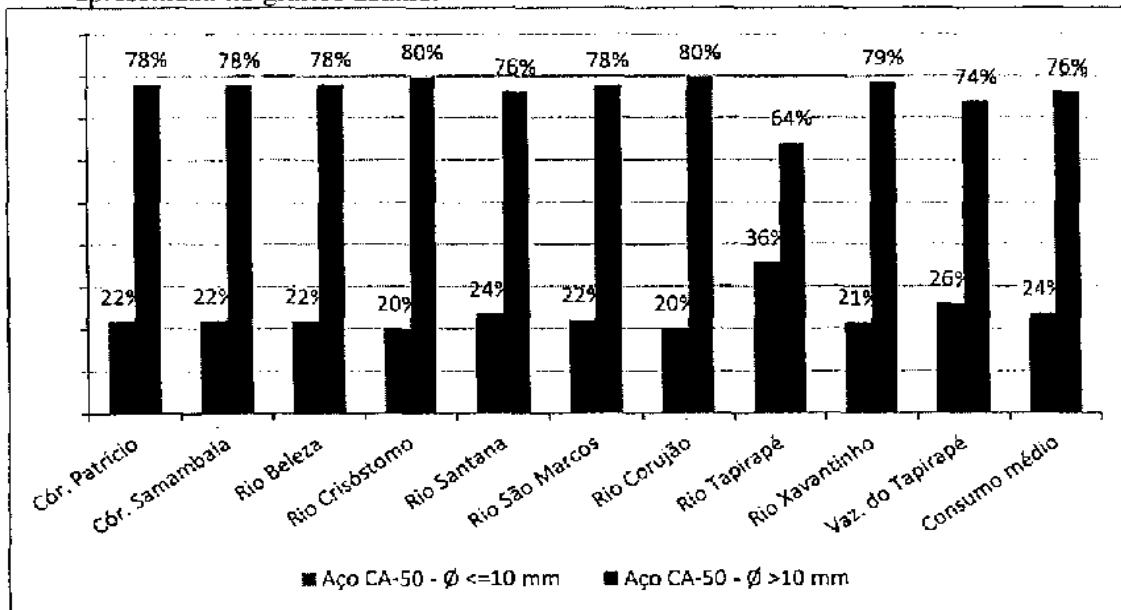
– acolher as razões de justificativas do Sr. Silvio Figueiredo Mourão acerca do indício de 'sobrepreço decorrente de quantitativo inadequado', que se refere à utilização da composição '2 S 03 119 01 – Escoramento com madeira de OAE' com superestimativa no quantitativo de pregos, e não inclusão no Sicrop2 da composição '1 A 00 302 00 – fornecimento de aço CA-50' com preço mais adequado à realidade para a construção de OAEs, por serem composições adotadas no Sicrop2 desde outubro/2000, data anterior à sua nomeação para o cargo de Coordenador-Geral de Custos de Infraestrutura, em 4/7/2006, devendo ser afastada sua responsabilidade;

– afastar o indício de 'sobrepreço decorrente de quantitativo inadequado' nos Contratos 873/2009-11 e 874/2009-11, firmado com as empresas Atrativa Engenharia Ltda. e Engeponte Construção Ltda., respectivamente, por não haver, no caso concreto, sobrepreço no serviço '2 S 03 119 01- escoramento com madeira de OAE' e '1 A 00 302 00 – fornecimento de aço CA-50', esse último por carecer de estudo mais aprofundado por parte do Dnit que avaliem a necessidade, ou não, de se adotar composições de preço distintas para o fornecimento do aço CA-50 em obras de arte especiais (OAE) e demais obras, considerando o princípio da boa fé.

– rejeitar as razões de justificativas do Sr. Otto Zittlau e da empresa Engeponte Construções Ltda. em relação à execução de serviços sem termo aditivo formalizado no Contrato 874/2009-11, e dar ciência ao Dnit, nos termos do art. 4º, da Portaria-Segecex 13/2011, que a

execução dos serviços de tubulão com 2m de altura a mais que o pactuado (Contrato 874/2009-11) sem a devida formalização de termo aditivo afronta os artigos 60 e 62 da Lei 8.666/1993.

– determinar ao Dnit para que reavalie os quantitativos de materiais adotados pelo Sicro2 na composição '2 S 03 119 01' a partir da competência de setembro/2010, pois, diferentemente da metodologia utilizada anteriormente, não considerou a reutilização da madeira, ou seja, o aproveitamento da madeira duas vezes, conforme previsto no 'Manual de Custos Rodoviários, Vol. 4, Tomo 2 Obras de Arte Especiais', manifestando-se conclusivamente também sobre a possibilidade de se incluir na cesta de composições do Sicro2 o serviço de escoramento metálico, que, por diversos fatores como a produtividade e o reaproveitamento, pode apresentar preço unitário menor que o escoramento de madeira. Ainda, determinar também que apresente a esta Corte de Contas estudos conclusivos que avaliem a necessidade, ou não, de se adotar composições de preço distintas para o fornecimento do aço CA-50 nas obras de arte especiais (OAE) e nas demais obras, haja vista a média de consumo de aço CA-50 com diâmetro superior a 10 mm ser de 76% do aço consumido, referente às obras dos Contratos 874/2009-11 e 873/2009-11, apresentado no gráfico abaixo.



129. Em relação aos Contratos 147/2009-11, 148/2009-11 e 149/2009-11, conclui-se que, em razão dos coeficientes de homogeneização elevados que foram verificados a partir da análise dos volumes de ECT e compactação acumulados até a 23ª medição, apresentados a seguir, seja adequado propor a esta Corte de Contas que, por se tratar de novos indícios, determine a inclusão dos objetos desses contratos no plano de fiscalização do TCU de 2012 para que seja verificada, mormente, a efetiva execução dos volumes de ECT e compactação medidos, sem prejuízo na definição do escopo da fiscalização.

Contratos (acumulado até a 23ª medição)	147/2009-11	148/2009-11	149/2009-11
Total de 'ECT de material de 1ª categoria'	510.195,24	336.275,87	636.829,10
Total de 'compactação (95% e 100%)'	348.710,36	181.383,68	304.792,94
Coeficiente de homogeneização	1,46	1,85	2,09

130. E, considerando a proposta de fiscalização acima, entende-se mais adequado afastar a irregularidade de 'execução de serviços com qualidade deficiente', em relação aos Contratos 147/2009-11, 148/2009-11 e 149/2009-11, por não ser possível comprovar o potencial risco à qualidade dos serviços, acolhendo as manifestações do Sr. Otto Zittlau e das empresas responsáveis.

V) Proposta de Encaminhamento

131. Ante todo o exposto, submetem-se os autos ao Gabinete do Ex^{ma} Sr. Ministro-Relator Aroldo Cedraz, com as seguintes propostas:

I – acolher, com fundamento no art. 250, § 1º, as razões de justificativas do Sr. Silvio Figueiredo Mourão (CPF 729.316.637-00), acerca do indício de ‘sobrepreço decorrente de quantitativo inadequado’, que se refere à utilização da composição ‘2 S 03 119 01 – Escoramento com madeira de OAE’ com superestimativa no quantitativo de pregos, e não inclusão no Sicro2 da composição ‘1 A 00 302 00 – fornecimento de aço CA-50’ mais representativa para a construção de OAEs, pois essas composições são adotadas no Sicro2 desde outubro/2000, data anterior à sua nomeação para o cargo de Coordenador-Geral de Custos de Infraestrutura, em 4/7/2006, devendo ser afastada sua responsabilidade;

II – afastar o indício de ‘sobrepreço decorrente de quantitativo inadequado’ nos Contratos 873/2009-11 e 874/2009-11, firmado com as empresas Atrativa Engenharia Ltda. e Engeponte Construção Ltda., respectivamente, por não haver, no caso concreto, sobrepreço no serviço ‘2 S 03 119 01- escoramento com madeira de OAE’ e ‘1 A 00 302 00 – fornecimento de aço CA-50’, esse último por carecer de estudo mais aprofundado por parte do Dnit que avaliem a necessidade, ou não, de se adotar composições de preço distintas para o fornecimento do aço CA-50 em obras de arte especiais (OAE) e demais obras, considerando o princípio da boa fé;

III – rejeitar as razões de justificativas do Sr. Otto Zittlau e da empresa Engeponte Construções Ltda. em relação à execução de serviços sem termo aditivo formalizado no Contrato 874/2009-11;

IV – dar ciência ao Dnit, nos termos do art. 4º, da Portaria-Segecex 13/2011, que a execução dos serviços de tubulão com 2m de altura a mais que o pactuado (Contrato 874/2009-11) sem a devida formalização de termo aditivo afronta os artigos 60 e 62 da Lei 8.666/1993;

V – determinar ao Dnit, com fundamento no art. 251, do Regimento Interno do TCU, que, em até 30 dias:

a – apresente estudos conclusivos que reavaliem os quantitativos de materiais adotados pelo Sicro2 na composição ‘2 S 03 119 01’ a partir da competência de setembro/2010, pois, diferentemente da metodologia utilizada anteriormente, não considerou a reutilização da madeira, ou seja, o aproveitamento da madeira duas vezes, conforme previsto no ‘Manual de Custos Rodoviários, Vol. 4, Tomo 2 Obras de Arte Especiais’, além da supressão os itens ‘Caibros de 7,5 cm x 7,5 cm’, ‘Tábua de 5^a 2,5 cm x 30 cm’ e ‘Tábua 2,5 x 22,5 cm’;

b – apresente estudos conclusivos que avaliem também a possibilidade de incluir o serviço de escoramento metálico (cimbramento metálico) na cesta de composições de custo do Sicro2, que, por diversos fatores como a maior produtividade e o maior reaproveitamento, pode apresentar preço unitário menor que o escoramento de madeira;

c – apresente estudos conclusivos que contemplem a composição de custo unitário para o serviço de fornecimento do aço CA 50 nas obras de arte especiais (OAE), diferenciando da composição de custo para esse serviço nas demais obras, haja vista a média de consumo de aço CA-50 com diâmetro superior a 10 mm ser de 76% do aço consumido, referente às obras de arte especiais dos Contratos 874/2009-11 e 873/2009-11;

VI – determinar à Secob-2, com fundamento no art. 243 do Regimento Interno/TCU, que constitua processo específico de monitoramento para acompanhar o cumprimento das deliberações contidas nos subitens ‘V-a’, ‘V-b’ e ‘V-c’ acima.

VII – determinar à Secob-2 que inclua no plano de fiscalização de obras de 2012 os Contratos 147/2009-11, 148/2009-11 e 149/2009-11 para verificar, momentaneamente, a efetiva execução dos volumes de ECT e compactação medidos em função dos coeficientes de homogeneização obtidos a partir dos serviços efetivamente executados, sem prejuízo na definição do escopo da fiscalização;

VIII – dar ciência desta deliberação aos interessados e ao Dnit;

IX – restituir os presentes autos à Secob-2 para adoção das providências cabíveis.
[...]

2. Os dirigentes da Secob-2 manifestaram sua concordância com a proposta da instrução.

É o Relatório.

VOTO

A presente auditoria foi realizada nas obras de construção da BR-158 – Divisa PA/MT – Ribeirão Cascalheira, no âmbito do Fiscobras 2010.

2. Nesse trabalho, foram apurados os seguintes achados de auditoria, todos classificados como IGC – irregularidades graves com recomendação de continuidade:

- a) sobrepreço decorrente de quantitativo inadequado (item 3.1 do relatório de auditoria);
- b) liquidação irregular da despesa (item 3.2);
- c) ausência de termo aditivo formalizando alterações das condições inicialmente pactuadas (item 3.3);
- d) execução de serviços com qualidade deficiente (item 3.4).

3. Por meio do Acórdão 1959/2010, o Plenário desta Corte acolheu o parecer da Secob-2 e, além de outras determinações, decidiu pelas audiências e oitivas das empresas contratadas em razão das irregularidades apontadas no relatório de auditoria.

4. Ao examinar os elementos acostados aos autos relativos ao indício de sobrepreço decorrente de quantitativo inadequado, a Secob-2 informou que o Dnit realizou a correção do consumo de pregos na composição “2 S 03 119 01- escoramento com madeira de OAE” em setembro/2010. Após solicitar ao órgão a memória de cálculo para os novos quantitativos de madeira utilizados nessa composição a partir de setembro/2010 e analisar detalhadamente a composição e os projetos das obras ora questionadas, a unidade técnica entendeu que as razões de justificativa trazidas pelo Sr. Silvio Figueiredo Mourão podem acolhidas, uma vez que:

- a) houve desconto em relação ao edital de 2,42% no Contrato 873/2009-11 e de 2,89% no Contrato 874/2009-11;
- b) o preço para o serviço “1 A 00 302 00 – Fornecimento de Aço CA-50” constante do orçamento base do Edital 205/2009-11 está de acordo com a metodologia vigente à época no Sicr02;
- c) o preço do fornecimento de aço CA-50 para OAE carece de estudo mais aprofundado por parte do Dnit;
- d) os contratos referidos estão com 98,38% e 99,71% executados, respectivamente.

5. No tocante à ausência de termo aditivo formalizando alterações das condições inicialmente pactuadas, foi consignado nos autos que os serviços de tubulão para apoio da superestrutura da ponte sobre o Rio Corujão estariam aumentados em 2 metros, e que a justificativa seria o nível alcançado pelo rio após forte chuva ocorrida no ano de 2007, enquanto o projeto seria de 2004, contemplando nível máximo de vazão inferior ao atingido em 2007. A Secob-2 propôs rejeitar tais razões de justificativa, entendendo contudo que não cabe aplicar multa ao responsável, uma vez que:

- a) quanto à execução dos serviços de tubulão para apoio da superestrutura da ponte sobre o Rio Corujão, com 2m de altura a mais que o contratado, constatou-se que, até o 16º boletim de medição, de abril/2011, não foram medidos ou pagos valores superiores ao inicialmente contratado para essa ponte;
- b) o termo aditivo foi formalizado em 4/5/2011, no valor de R\$ 924.079,86, representando 10% sobre o valor inicialmente contratado (R\$ 9.224.226,45). Em razão desse aditivo, verificou-se que foram mantidos os descontos inicialmente apresentados nesse contrato, tanto para as obras da ponte sobre o Rio Corujão, quanto para o total contratado;
- c) em pesquisa na internet, a unidade técnica comprovou que em fevereiro de 2010 ocorreram intensas chuvas na região de Mato Grosso; além disso, foram apresentadas fotos com o nível das águas do Rio Corujão próximas ao infradorso da viga transversina dessa ponte;
- d) em que pese a execução de serviços sem a formalização contratual não atender ao disposto nos artigos 60 e 62 da Lei de Licitações e Contratos, restou comprovado que a empresa responsável pelo contrato arcou com os custos adicionais dos serviços executados até a formalização do aditivo.

6. Em relação à liquidação irregular de despesa, o relatório de auditoria identificou que os serviços de escavação, carga e transporte (ECT) e de compactação não estariam sendo medidos de acordo com as especificações de serviços do Dnit. Conforme estaria previsto na Norma DNIT 107/2009 – ES –

Terraplenagem empréstimos (Revisão da Norma DNER – ES 281/97), os serviços de ECT deveriam ser medidos pelos volumes geométricos extraídos (volume *in natura*), enquanto, de fato, estariam sendo medidos com base nos volumes transportados pelos caminhões (material solto). Uma vez que, conforme específica o Manual do Dnit, a relação entre o volume *in natura* e o volume compactado de ECT é de 1,30, haveria um indício de superfaturamento de R\$ 974.686,61 para o contrato 147/2009-11, de R\$ 188.481,26 para o Contrato 148/2009-11 e de R\$ 674.081,95 para o Contrato 149/2009-11.

7. Ao examinar as razões de justificativa trazida pelos responsáveis, a Secob-2 concluiu que, em virtude dos valores apresentados na relação corte/aterro dos Contratos 147/2009-11, 148/2009-11 e 149/2009-11 estarem elevados, subsistem indícios de que as medições não condizem com a realidade dos serviços executados, e que os valores pagos pelos serviços de ECT podem estar superestimados, gerando um indício de superfaturamento das medições.

8. A unidade técnica ponderou, contudo, que os valores dos índices de medições obtidos das relações aterro/corte já executados até a 23ª medição, nos Contratos 147/2009-11, 148/2009-11 e 149/2009-11, não constituem evidências suficientes para caracterizar a irregularidade na medição de ECT e propõe, assim, que esta Corte de Contas determine a inclusão dos objetos desses contratos no plano de fiscalização do TCU de 2012 para que seja verificada, em especial, a efetiva execução dos volumes de ECT e compactação medidos, sem prejuízo das demais questões a serem incluídas na definição do escopo da fiscalização.

9. Relativamente à execução de serviços com qualidade deficiente, o relatório de auditoria registrou que as empresas responsáveis pelos Contratos 147/2009-11, 148/2009-11 e 149/2009-11 estariam pavimentando a pista de rolamento com concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) antes da execução do tratamento superficial duplo (TSD) nos acostamentos, o que poderia acarretar falhas nas juntas longitudinais desses serviços, permitindo o acúmulo de água e consequente redução na vida útil do pavimento.

10. Ao examinar as respostas apresentadas pelas empresas e as razões de justificativa trazidas pelo Sr. Otto Zittlau, a Secob-2 concluiu que assiste razão à empresa Agrimat Engenharia Indústria e Comercio Ltda., pois, até a 13ª medição, não foram medidos serviços de TSD e de CBUQ, descaracterizando, até o momento, a irregularidade “execução de serviços com qualidade deficiente” para o Contrato 148/2009-11.

11. Ante a impossibilidade de comprovar efetivamente o potencial risco à qualidade dos serviços, a Secob-2 propugna ser mais adequado afastar a irregularidade ora apontada, sem prejuízo de que o Tribunal avalie, oportunamente, a qualidade na execução desses serviços de CBUQ e TSD.

12. Entendo pertinentes a análise e as conclusões da Secob-2, razão pela qual acolho, na íntegra, as propostas formuladas pela unidade técnica, incorporando seus fundamentos às minhas razões de decidir, com os ajustes de forma que entendo necessários.

13. A unidade técnica evidenciou que, embora parte das razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis deva ser rejeitada, as impropriedades subsistentes não são suficientes para justificar a aplicação de multa aos responsáveis.

Diante do exposto, acolho o parecer da Secob-2 e voto por que o Tribunal adote o acórdão que ora submeto ao Plenário.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 2012.

AROLDO CEDRAZ
Relator

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A matéria será publicada no **Diário do Senado Federal** de 1º de maio do corrente.

O Aviso vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 553, de 2011**, da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para conceder aos portadores de xeroderma pigmentoso a isenção de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto vai à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2012** (nº 1.806/2011, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de 1 (uma) Vara do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) e dá outras providências.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 144, de 2012**, na origem, do Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, comunicando ao Senado Federal a aprovação de Moção Coletiva daquela Corte de Contas, em homenagem à passagem dos cento e quatro anos de nascimento do Senador Luiz Viana Filho.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 144/12-GAPRE

Salvador, 13 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a grata satisfação de comunicar-lhe que o Tribunal de Contas do Estado da Bahia, na 14ª Sessão Plenária, realizada no dia de 3 de abril de 2012, aprovou Moção de Congratulações, de iniciativa do Exmº Sr. Conselheiro Antônio Honorato e transformada em Moção coletiva desta Corte de Contas, em homenagem à passagem dos cento e quatro anos de nascimento do saudoso Doutor Luiz Viana Filho, no último dia 28 de

março, com as manifestações expressas do Exmº Sr. Conselheiro Corregedor Manoel Castro e dos Exmºs Srs. Conselheiros Filemon Matos e França Teixeira.

Na oportunidade, o proponente ressaltou as qualidades do homenageado enquanto Governador deste Estado, Senador da República, historiador e advogado, portador de apurado senso de justiça e, fundamentalmente, amigo, e os Exmºs Srs. Conselheiros discorreram sobre a sua relevância como biógrafo, em especial, do ilustre baiano Rui Barbosa, e reiteraram as afirmações sobre o seu acirrado senso de justiça, oportunidade em que o Exmº Sr. Conselheiro França Teixeira manifestou agradecimentos pessoais e particulares ao homenageado.

Atenciosamente, – Conselheiro **Zilton Rocha**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O expediente vai à Biblioteca do Senado Federal, denominada Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Iniciando os nossos trabalhos, quero convidar, como primeira oradora inscrita, para fazer uso da palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cara Presidente Vanessa Grazziotin, Sras e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, é exatamente sobre a abertura e o tema que V. Exª mencionou – amanhã é o Dia do Trabalho – que venho também lembrar, e nunca é demais, a história dessa data que é consignado feriado nacional em nosso País também.

O Dia do Trabalhador, como se sabe, teve origem em Chicago, em 1886, nos Estados Unidos, quando milhares de trabalhadores foram às ruas reivindicar melhores condições de trabalho. Naquele mesmo dia, aconteceu, nos Estados Unidos, uma grande greve geral de trabalhadores.

No Brasil, somente em 1925, a data se tornou oficial, após a edição de um decreto pelo Presidente da época. Artur Bernardes.

Mas a situação do mundo do trabalho, cara Presidente Vanessa Grazziotin, hoje, com a crise que está vivendo a Europa – antes foram Estados Unidos –, é alarmante, na definição de um relatório da Organização Internacional do Trabalho, divulgado hoje pela imprensa, relativo ao ano de 2012.

As informações do documento foram reveladas ontem por Raymond Torres, Diretor do Instituto Internacional para Estudos do Trabalho, ligado à OIT.

Esse relatório prevê, cara Presidente, que o número de desempregados chegue a 202 milhões neste

ano, um crescimento de 6,1% comparativamente ao ano passado.

Segundo o texto, a austeridade fiscal e as reformas trabalhistas em países em crise são responsáveis pela falta de criação de novos empregos.

“Austeridade não produziu crescimento econômico”, disse Torres, o principal autor do relatório. “As ineficientes reformas trabalhistas não vão funcionar no curto prazo. Reformas em situações de crise tendem a produzir mais desemprego.”

Sobretudo na Europa, a resposta à crise tem sido corte de gastos, o que vem gerando reação política e social.

Ontem, milhares de espanhóis saíram às ruas contra medidas do governo, em um país com 24,4% de desempregados, uma das maiores taxas do continente europeu.

Na França, o favorito para vencer a eleição de domingo, o socialista François Hollande, faz campanha com críticas aos cortes.

A reação é tamanha que mesmo a maior defensora da austeridade, a chanceler alemã Angela Merkel, prometeu anteontem uma “agenda de crescimento”.

Em média 40% daqueles que procuram trabalho em países desenvolvidos no auge profissional (entre os 25 e 49 anos) estão sem emprego há mais de um ano, informa o relatório da OIT.

Até 2016, especialmente em países europeus, não se espera que a taxa de desemprego volte a ser como era antes da crise de 2008. Esse cenário virá acompanhado de queda da produção. Estima-se que 196 milhões de pessoas estavam desempregadas no mundo no fim de 2011, portanto, no ano passado. Segundo Torres, o desemprego cresce desde 2011 em mais de dois terços dos países da Europa. O foco de muitos países da Zona do Euro na austeridade fiscal está tornando a crise de empregos mais profunda e poderia, inclusive, levar a Europa a outra recessão, previu o analista que fez o levantamento. O mercado de trabalho também patina nos Estados Unidos e no Japão, países muito ricos.

Mas, Srª Presidente, no Brasil, temos algumas notícias auspiciosas que envolvem especialmente as mulheres. As conquistas dos trabalhadores brasileiros e trabalhadoras foram muitas desde 1925, quando se começou a comemorar o Dia do Trabalho: o salário mínimo, instituído em 1940; o décimo-terceiro, em 1962; os direitos trabalhistas, que hoje ainda precisam de atualização em vários setores. O percentual de pessoas empregadas subiu: passou de 66,6%, em 2000, para 70,8% dez anos depois. Já o número de trabalhadores com carteira assinada passou de 54,8% para 63,9%.

Cara Presidente, esses números são importantes, mas há muito a se avançar em aspectos como segurança dos trabalhadores no ambiente profissional e também na prestação de um serviço público eficiente com melhores condições de saúde, educação, segurança e transporte, que sejam serviços condizentes aos altos tributos pagos pelos brasileiros que trabalham 150 dias do ano somente para pagar impostos. Hoje mesmo, 30 de abril, vence o prazo para a declaração do Imposto de Renda.

Nesse cenário também, cara Presidente Vanessa Grazziotin, há uma notícia auspíciosa. O jornal Bom Dia Brasil de hoje mostrou que cresce a participação das mulheres no mercado de trabalho, segundo o Censo. Em 2000, as mulheres ganhavam 67% dos salários dos homens com a mesma função; dez anos depois, a diferença diminuiu e passou para pouco mais de 70%.

Na matéria feita pela repórter Beatriz Thielmann, foi mostrado que o último censo feito no Brasil revelou que a participação das mulheres no mercado de trabalho cresceu. Hoje, elas têm menos filhos e vão mais longe nos seus estudos.

Quem diria, há 40 anos, que as mulheres teriam tanta força no mercado de trabalho. Era um tempo em que quase só os homens mandavam e predominavam, mas elas foram em frente, derrubando preconceitos, assumindo responsabilidades e dando conta.

Eu lembro bem, cara Presidente Vanessa Grazziotin, que, quando eu comecei a faculdade, em Porto Alegre, na Universidade Católica do Rio Grande do Sul, no curso de Comunicação Social, eu diria que 80% dos colegas eram homens – isso, num curso relacionado às áreas humanas da comunicação. Eram 80% homens e só 20%, mulheres. Hoje, está invertido esse percentual. Quando cheguei a Brasília em 1979, em relação ao número de jornalistas que faziam cobertura na área econômica e na área política, 80% eram homens e só 20%, mulheres. Hoje, novamente, inverteu-se esse percentual: entre os que exercem essa atividade, 90% são mulheres e a minoria são homens.

Isso é apenas para revelar exatamente os avanços que as mulheres obtiveram no mercado de trabalho.

As mulheres têm trabalho fora e têm trabalho em casa. E elas cresceram, como informa a repórter. Em 2000, as mulheres ganhavam 67% dos salários dos homens com a mesma função. Dez anos depois, a diferença diminuiu e passou para pouco mais de 70%.

A Gerente-Geral Juliana Espíndola gerencia 50 funcionários. Entre eles, estão muitos homens. E ela sabe por que os salários entre elas e eles estão menos desiguais. Ela diz: “Acho que o mercado está começando a perceber que as qualidades existem independentemente do gênero. Existem qualidades femininas

e qualidades masculinas, e não necessariamente isso só existe em homem ou em mulher". Sábia definição a dessa executiva.

As mulheres já conseguiram conquistar maior reconhecimento no mercado de trabalho, mas é evidente também que comemorar é um verbo que ainda está meio distante. O que é preciso fazer para mulheres e homens ficarem no mesmo patamar salarial?

Economista e observadora atenta do papel feminino na sociedade, a professora universitária Lena Lavinas, ouvida pela repórter Beatriz Thielmann, aponta um caminho:

O que é necessário para reduzir os diferenciais de remuneração entre homens e mulheres é levar as mulheres para setores onde elas são pouco presentes, pouco representadas. Que setores são esses? Engenharia, tudo que diz respeito à tecnologia. Quanto mais mulheres estiverem em áreas que são mais técnicas, especializadas e com componente tecnológico mais elevado, o nível de exigência será maior. Portanto, maior será também a remuneração. É isto que a gente que fazer: levar as meninas para as áreas técnicas e tecnológicas.

Cara Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, não sei se isso tem acontecido com V. Ex^a, mas tenho observado que, quando embarco nos aviões em Brasília ou em São Paulo, muitos pilotos são mulheres jovens que trabalham numa área que era um mercado praticamente exclusivo de homens. Também já tomei muitos táxis com motorista mulher. Vemos, também, na construção civil, um aumento expressivo das mulheres naqueles trabalhos que exigem maior rigor, maior cuidado, como a aplicação de cerâmica ou a colocação de um azulejo ou desses novos materiais. As mulheres estão realmente buscando... Até nas oficinas mecânicas elas estão presentes hoje, com a sua dedicação e com o seu empenho. Isso representa a busca de uma nova relação no mercado de trabalho para as mulheres modernas brasileiras de hoje.

Aliás, a revista **Veja** desta semana, cara Presidente Vanessa, cuja capa é *As Lições das Chefonas*, mostra a situação das mulheres brasileiras. A matéria diz que as brasileiras são mais ambiciosas que as americanas e já ocupam um em cada quatro cargos de liderança em grandes e médias empresas.

A matéria mostra que:

No Brasil, as mulheres são maioria nas universidades e também na força de trabalho. Estão espalhadas por quase todos os departamentos, desde as áreas de vendas até as mais

técnicas, como engenharia. Pouco a pouco [diz a matéria da **Veja** desta semana] avançam rumo ao topo das organizações. Um estudo da consultoria inglesa Grant Thornton revela que 27% dos cargos de liderança no Brasil são ocupados por mulheres. É mais do que a média mundial e a de muitos países ricos. "As empresas descobriram os benefícios de tê-las na alta cúpula", diz Madeleine Blankenstein, sócia da [...] [empresa] no Brasil.

Em quinze anos, a revolução foi total. Na década de 90, as mulheres ainda representavam 44,5% da força de trabalho. Poucas ocupavam cargos de presidência, vice-presidência e diretoria. "As raras diretoras ficavam em áreas tidas como femininas, como em recursos humanos e [na área] jurídica", [segundo informa] a psicóloga carioca Maria Lúcia Rocha Coutinho, especialista em relações de gênero. A escolha desses setores não tinha apenas a ver com o assunto ou o tipo de habilidade requerido, mas também com o fato de que nesses departamentos se podia conciliar mais facilmente o trabalho com as tarefas de mãe e de dona de casa.

Diz, ainda, a matéria da revista **Veja**:

As áreas estratégicas das companhias ainda eram dominadas pelos homens e essa dificuldade caiu, pois as empresas se adaptaram para atender as necessidades femininas. "Uma em cada quatro mães brasileiras que trabalham em tempo integral conta com o apoio de babás ou empregadas, o que permite a elas assumir desafios profissionais maiores", segundo a americana Catherine Fridman.

Pois esses são dados auspiciosos, e precisamos, também, a partir da eleição de Dilma Rousseff e da composição do seu Ministério, com várias mulheres, ampliar na área política a presença das mulheres.

Um outro aspecto relevante na questão do emprego, Senadora Vanessa Grazziotin, diz respeito à questão salarial.

Hoje, segundo dados do IBGE, a maior parte dos 108 milhões de brasileiros que possuem algum rendimento recebem até um salário mínimo, num total de 41,5% dos trabalhadores. Outros 30% recebem entre um e dois salários mínimos. Já os que recebem de dois a três salários mínimos representam 10,5% do total de assalariados no Brasil.

Nesse grupo dos que possuem rendimentos e ganham somente até um salário mínimo, está a maior parte dos aposentados. São homens e mulheres que

trabalharam muito em suas vidas, dedicaram o máximo de sua energia para ter o que comer, onde morar, como pagar o estudo dos filhos e garantir, ao final de suas vidas, uma aposentadoria justa, de acordo com a maneira com a qual contribuíram.

O trabalhador de hoje é o aposentado de amanhã.

Na sexta-feira, em Cachoeira do Sul, onde estive, conversei com alguns aposentados, e um deles declarou que ele é a fonte de renda que provê toda a família, e que essa renda está caindo a cada ano por conta da defasagem do reajuste para os aposentados. Dois deles me falaram da mesma maneira, amargurados com essa política que está reduzindo o poder aquisitivo dessas pessoas, que são, eu diria até, depois de terem trabalhado tanto, o arrimo da família em relação à renda.

A atual política de reajuste aos aposentados do INSS é injusta, Senadora Vanessa. Nos últimos anos, a perda do poder aquisitivo dessa categoria tem sido muito grande. O aposentado que começou recebendo o equivalente a cinco ou seis salários mínimos, hoje, decorridos três ou quatro anos, está recebendo apenas um salário mínimo e, no ritmo imposto pelo Governo, essa perda de poder aquisitivo só vai aumentar, porque há uma defasagem gritante entre o reajuste dado ao salário mínimo, que é merecido, e o reajuste dado a quem ganha mais de um salário mínimo, como aposentado do INSS.

Venho trabalhando, desde que assumi meu mandato como Senadora, em 2011, para que o Governo Federal não só mude a questão dos reajustes, mas também acabe com o fator previdenciário. Essa matéria, aliás, está em avançada negociação na Câmara Federal, pois o Presidente Marco Maia, em boa hora, colocou na Ordem do Dia a votação dessa matéria. O Senador Paim também tem trabalhado intensamente em relação a essa alteração, que tem o apoio das entidades que representam aposentados e pensionistas.

Na semana que passou, recebemos a informação sobre a aprovação desse pedido de urgência para o projeto de lei que acaba com o fator previdenciário. Tema polêmico, o fim do fator previdenciário já foi aprovado pelo Congresso, mas acabou, infelizmente, vetado pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Como disse anteriormente, os aposentados e pensionistas que, durante toda a sua vida de trabalho, ofereceram contribuições maiores à Previdência têm sido os mais prejudicados pelas políticas de reajustes promovidas pelo Governo Federal nos últimos anos.

Como o reajuste anual do salário mínimo tem sido sistematicamente maior que o reajuste dos benefícios pagos pela Previdência, o valor relativo das aposentadorias e pensões vem sendo achatado ano após ano.

Quase 70% dos benefícios já estão nivelados pelo piso, ou seja, um salário mínimo. Mantida essa tendência, em poucos anos todos estarão recebendo o equivalente ao piso, ou seja, apenas um salário mínimo.

Uma comparação entre os reajustes do salário mínimo e dos benefícios da Previdência, abrangendo todo o período da estabilidade econômica, de 1994 a 2011, revela que, frente a uma evolução de 249,84% do INPC, os benefícios foram reajustados em 345,23%, o que proporcionou um aumento real de 27,27%. Entretanto, no mesmo período, o salário mínimo teve reajuste total de 671,43%, ou seja, um aumento real de 120,51%.

O Governo merece elogios quando decide por bons reajustes ao salário mínimo, oferecendo aumento de renda e uma forma melhor de vida para os nossos trabalhadores, para a classe que trabalha em nosso País e que deve ser festejada não só amanhã, dia primeiro, Dia do Trabalho, mas todos os dias.

Mas seria prudente, também, que, pelo menos, essa diferença não fosse tão acentuada em relação ao percentual de reajuste direcionado aos aposentados e pensionistas que recebem acima de um salário mínimo.

São pessoas que durante anos de trabalho contribuíram para a Previdência Social e esperavam receber os seus benefícios em quantias proporcionais ao salário com o qual contribuíram. Mas, como a política de reajustes tem sido diferenciada, esses aposentados e pensionistas estão recebendo proporcionalmente menos do que teriam direito.

Esse tema tem sido uma das minhas prioridades aqui no Senado, e não poderia deixar de fazer esse registro no dia em que antecede a comemoração de 1º de maio, Dia do Trabalhador.

Precisamos cuidar melhor dos nossos aposentados e pensionistas do INSS, que são, em ampla maioria, idosos que, durante toda a sua vida, ofereceram o esforço do seu trabalho como contribuição para construir uma Nação como a que temos hoje e que servem como exemplo de dedicação e esforço. Lembro aqui também o caso rumoroso dos pensionistas do fundo Aerus, que estão aguardando uma decisão, uma manifestação do Supremo Tribunal Federal. A eles também a nossa homenagem e o nosso reconhecimento. O direito que eles têm ainda não foi resgatado.

A sociedade e também o Estado têm o dever de prestar toda a atenção e assistência necessária aos seus idosos, aos seus aposentados. Destinar mais recursos públicos para essa camada da população não é um benefício, mas o cumprimento de um compromisso e, também, de um dever social. No caso dos beneficiários que recebem acima de um salário mínimo, isso se torna uma evidência. Um dos grandes equívocos

da política da previdência social brasileira tem sido a confusão entre o que é previdência e o que é assistência social.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Estou concluindo, cara Presidente.

Quando o Estado paga o benefício de pensão ou aposentadoria a um contribuinte, ele não está fazendo nada mais do que devolver a esse cidadão um recurso que tomou de empréstimo por décadas. Se ele devolve valores menores do que aquilo que foi acordado no início, está cometendo um grave erro de apropriação. Mas, ao que parece, o Estado encara a devolução das contribuições como um benefício assistencial. Se a aposentadoria fosse realmente um benefício, seria justo que todos recebessem o mesmo valor, mas as pensões e aposentadorias daqueles que contribuíram para o Regime Geral da Previdência não são um benefício, são simplesmente um plano de previdência gerido pelo Governo. Se durante a gestão desses recursos, o administrador, no caso o Estado, não foi eficiente, ele deve arcar com os prejuízos, mas nunca passar isso para a responsabilidade do contribuinte.

Aproveito para lembrar aqui o meu Projeto de Lei do Senado nº 76, do ano passado, que propõe a isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão pagos pelo Regime Geral da Previdência Social a partir do mês em que o contribuinte completar 60 anos, independente de gênero, homem ou mulher. A matéria já foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais e está agora na Comissão de Assuntos Econômicos. Espero, com essa proposição, diminuir as distorções existentes entre a valorização dos benefícios dos aposentados que ganham um salário mínimo e aqueles que ganham mais de um salário mínimo e conceder um pouco mais de qualidade de vida para os nossos aposentados tão esquecidos pelas políticas públicas em nosso País. Quando aprovada, essa lei irá gerar um pequeno benefício a aproximadamente 8 milhões de aposentados que, atualmente, ganham mais de um salário mínimo.

Isso representaria, para um aposentado que ganha R\$2 mil, menos de R\$ 100,00 a mais, por mês, em seu bolso. Parece pouco, mas faria diferença na renda dos idosos, que costumam gastar toda a sua aposentadoria em serviços de saúde, que deveriam ser prestados pelo Estado, mas não o são de forma suficiente.

Portanto, que este 1º de Maio, além de servir como uma homenagem a todo os que produzem e empreendem por um Brasil melhor, seja também um

dia de reflexão sobre a situação dos direitos nossos aposentados.

O trabalhador de hoje é o aposentado de amanhã. Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Mesa é que cumprimenta V. Exª pelo belo pronunciamento, em que destacou os trabalhadores, as trabalhadoras, mas, principalmente, Senadora Ana Amélia, com a sua sensibilidade, as mulheres e os aposentados, que jamais deixarão de ser trabalhadores.

Então, a Mesa cumprimenta V. Exª.

E dando sequência à lista de oradores, convidamos para fazer uso da palavra o Senador Pedro Simon, como orador inscrito.

O Senador Pedro Simon também está aqui no plenário deste Senado para comemorar, juntamente com os trabalhadores e trabalhadoras, o Dia Internacional do Trabalho.

E comemoramos reivindicando, não, Senador? Com a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nesta segunda-feira, eu mexi com meu filho Pedrinho, ele não tem aula lá no Marista porque amanhã é 1º de maio, resolveram fazer feriadão no colégio. E eu mexi com ele: “Pois é, tu estás fazendo feriadão, e eu estou aqui, nós, no Senado, estamos trabalhando; vocês, no Marista, são mais folgados do que nós”.

E está aqui V. Exª, lá de Manaus, e eu, lá do Rio Grande do Sul. Podemos dizer que o Brasil está representado de Norte a Sul, embora, no intermédio, falte um monte de Estados aqui, mas, do Norte ao Sul, podemos dizer que estamos presentes.

O que me traz aqui é um assunto que considero da maior importância. É um debate que vem de longe, há muito tempo se discute e agora, na Comissão Especial de Juristas que estuda o Código Penal, a matéria está sendo debatida.

A manchete do **Correio Braziliense** já diz tudo: “Revolução no Código Penal”.

Esse Gilson Dipp, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, eu tenho orgulho de dizer que conheço sua família há longo tempo. Não é da minha geração, eu sou da geração do pai dele, grande Deputado; querido Deputado e grande líder. E tem no Gilson Dipp, extraordinário Ministro do Superior Tribunal de Justiça, um grande herdeiro. E tem Airton Dipp, seu irmão, Deputado Federal, duas vezes Prefeito de Passo Fundo, outro grande herdeiro.

Deve se orgulhar, meu querido amigo Deputado Dipp, lá, onde ele está, de seus dois filhos.

Um, nessa época de política tão cheia de entraves, de coisas erradas e malfeitas, é padrão de seriedade e dignidade. Infelizmente, o Airton Dipp não pertence ao meu partido, mas sou obrigado a reconhecer que fiquei muito magoado quando ele não ficou conosco. Tive uma inveja enorme, mas mantenho o respeito e a admiração pelo que ele é.

Com relação ao Gilson Dipp, ele não só se destaca como um homem extraordinário na Justiça, como também um grande Ministro do Superior Tribunal. Mas vamos lembrar que ele foi o primeiro Corregedor daquele Tribunal.

O Superior Tribunal de Justiça teve uma conquista que aos poucos estamos entendendo o seu significado e a sua importância. Chegamos a pensar como é possível que não existisse antes. Como convivia, como funcionava a Justiça brasileira sem o Conselho Superior da Magistratura?

O Ministro Nelson Jobim, um homem extraordinário, Deputado Federal brilhante, relator e líder na Constituinte, relator na revisão da Constituinte, grande Ministro da Justiça, foi para o Supremo. E, no Supremo, chegou à Presidência do Supremo. E foi ele que, na Presidência do Supremo, teve o mérito de iniciar, debater e conseguir que nós votássemos e criássemos o Conselho Superior da Magistratura.

No início foi difícil, muito difícil. A magistratura não queria. Mas como, um órgão para ficar, olhar, fiscalizar, controlar? O que é isso? E a nossa autonomia?

O Jobim dizia: o Supremo é o Supremo, mas não tem força nenhuma na ordenação da coordenação do andamento das coisas na Justiça. Cada tribunal é autônomo. Cada juiz, praticamente, tem a sua autonomia.

Quando veio para cá, nós, no Senado, queríamos ampliá-lo. Achávamos que o Conselho era muito corporativo, era muito fechado. Nós queríamos abri-lo, com integrantes da sociedade. Nunca me esqueço das palavras do Ministro Jobim: isso é o que nós podemos votar, mais do que isso não passa. E não se engane que, lá no Senado, todo mundo agora é favorável e vai votar. Não vão votar, porque, na hora, o Supremo vai ficar completamente contra e os Srs. Parlamentares não vão votar. Vamos votar assim. Assim é possível. E ainda que sejam membros da corporação, ao tempo eles vão mostrar independência com o errado e vão mostrar o esforço por acertar.

Como estava certo o Ministro Jobim. Criamos exatamente como ele queria, e aconteceu exatamente o que ele disse. E o primeiro Corregedor Nacional foi o Gilson Dipp, o primeiro, o que iniciou.

Hoje, Eliana Calmon é uma heroína, sustentou uma luta dura, principalmente com o então Presidente do Supremo Tribunal. Até ela atacaram, e ela foi firme, e

saiu vitoriosa. Mas quem iniciou tudo foi o Gilson Dipp. Aliás, ela dizia, quando atacada: "Mas não fui eu que iniciei, não fui eu que abri inquérito para ver levantamento em alguns Tribunais, pelo Brasil afora. Foi o Sr. Gilson Dipp." É verdade, foi o Gilson Dipp.

É verdade também que o Gilson tinha um estilo diferente do da Eliana. A Ministra Eliana, a Corregedora Eliana, é mais explícita, é mais clara, é mais dura no uso das palavras, não foge ao debate; o Gilson Dipp era mais comedido, ia fazendo devagarzinho, ia avançando, ia tomando as providências. Praticamente muito pouco se via do Gilson na imprensa, mas tomou as providências. Tribunal de São Paulo e vários tribunais, isso que apareceu depois, ele começou. E, justiça seja feita, a Ministra Eliana continuou. Grande trabalho, nota 10. Uma das grandes vitórias que tivemos foi exatamente, eu diria, a soberania do Conselho Nacional de Justiça. Mérito do Supremo, que, cortando na própria carne, disse que a Corregedora tinha autonomia para iniciar o processo; não tinha que esperar que corregedor de Tribunal estadual ficasse com processo na gaveta um, dois, três, não sei quantos anos, não andando, e, enquanto não andasse, a Corregedora Nacional não podia fazer nada. Pode, sim; ela pode abrir a qualquer momento. Grande vitória.

Pois agora o Gilson Dipp está de Presidente da Comissão que está estudando o novo Código Penal, dos Juristas, convidado pelo Senado Federal. E até aqui eu fiz o introito, porque eu estou aqui é para dizer da proposta que o Dipp apresentou e que está sendo debatida na Comissão de Juristas que discute o Código Penal. Ela é muito singela. Ela entra nos sinais evidentes de riqueza incompatível com a renda de quem ganha. É muito simples: o Pedro Simon ganha R\$20 mil líquidos no Senado da República. Muito bem! Se o Pedro Simon aparecer com uma casa de R\$15 milhões, a Justiça pode olhar, vai olhar os últimos 10 anos das minhas declarações de Imposto de Renda, das minhas receitas e das minhas despesas e vai perguntar de onde vieram esse R\$15 milhões, de onde comprei essa casa que vale R\$15 milhões. Sinais evidentes de riqueza que são contrários ao cargo que exerce, à atividade que exerce.

Hoje você encontra em qualquer canto e em qualquer lugar funcionários públicos estaduais, federais e municipais, Deputados, Senadores, ministros, ex-ministros, pequenos, médios, grandes empresários que, de repente, aparecem, ganhando R\$10 mil por mês, R\$15 mil por mês, de repente, com uma casa de R\$15 milhões aqui em Brasília, de repente, três carros importados, cada um valendo R\$1 milhão. Mas é muito simples, não precisa ir à comissão de inquérito, não precisa levantamento, não precisa nada. Dê-me

aqui as suas declarações de Imposto de Renda dos últimos 10 anos. Está aqui. Você ganhou tanto. Soman- do tudo, não dá para comprar a casa de R\$15 milhões. De onde é que veio o dinheiro? Pode ser que a sogra rica tenha morrido e deixado. Ele vai explicar: a minha sogra era rica e morreu.

Teve uma Comissão na CPI dos Anões, do Orça- mento, em que tinha um Deputado Federal da Bahia que ganhou vinte e tantas vezes na loto, depois foram ver como era, mas estava lá na sua declaração do Im- posto de Renda, quinze ou vinte vezes ele ganhou o prêmio principal da loteria esportiva.

É um grande projeto. Eu lutei com ele, apresentei proposta nesse sentido, ficou nas gavetas aí, e ninguém tomou conhecimento.

Vejo agora a recepção, inclusive hoje na *Folha de S. Paulo*, Melchiades Filho, "Dura Lex", mostrando que essa pode ser a primeira grande conclusão da CPI do Cachoeira, a primeira. Alguém diz que tem o outro lado da questão: não, o Pedro Simon apareceu com uma casa de R\$15 milhões, ele não é rico, a sogra também não, não tem nenhuma outra fonte de renda, a não ser o seu salário. Mas aí o que eles dizem é que só isso não vale, só pegar o Imposto de Renda e mostrar que eu não tenho fonte de receita para comprar é pouco. A Justiça tem que provar de onde tirei o dinheiro, tem que provar que eu roubei, de onde roubei, qual crime que cometi. E lá se vai um ano, dois anos, dez anos, e lá o diabo perdeu as botas. Não, não precisa nada. É só dizer: os sinais de riqueza provada que não tem fonte de renda é crime. Ponto. Não quero saber de onde vem o dinheiro, não quero saber de provar que ele esteve com o Cachoeira, que o Cachoeira deu tanto, o fulano deu tanto e que o beltrano fez isso ou que o beltrano deu aquilo, que é para não acabar, não durar e não acontecer nada.

O que quer o Gilson Dipp e os juristas é muito singelo, muito singelo.

Cada um dos senhores que está me assistindo deve ter visto uma ou muitas vezes: mas aqui o meu vizinho, que morava do meu lado a vida inteira, meu colega que ganha que nem eu, e de repente aparece com uma casa dez vezes melhor e continua no mes- mo emprego; de repente, ele aparece com um carro importado; de repente, ele está viajando com toda a família para a Europa, e continua com o mesmo em- prego. De onde é que vem o dinheiro? Pega a decla- ração do Imposto de Renda: quanto é que ele somou e quanto é que ele pagou pela casa? Pela casa, ele pagou cinco milhões; a soma do que ele ganhou dá um milhão. De onde é que veio o resto?

Eu repito: a sogra morreu e deixou dinheiro; a mãe morreu e deixou dinheiro; pode até ter ganhado

na loteria... Ele vai explicar. Explicou, está explicado. Não explicou, pá! A primeira coisa que o Fisco faz é pegar a casa. A primeira coisa que o Fisco faz é pe- gar a casa! E é o que menos acontece hoje no Brasil. Se rouba que é um escândalo, e o que volta é deste tamanhinho assim ó! É uma ninharia! A coisa mais escandalosa que há no Brasil é o retorno do que é rou- bado. Não volta. E, nas vezes em que volta, fica nos escalões intermediários: ou lá na polícia, ou lá não sei onde, ou lá nos cachoeiras da vida; mas voltar para o Tesouro, praticamente não.

Esse projeto do Dipp é direto, é direto: comprou a casa, não tinha dinheiro, não justifica, pá! A primei- ra coisa: o Fisco pega a casa de volta. Grande projeto do meu amigo Gilson Dipp, a que sou inteiramente favorável e acho difícil que alguém possa ser contra.

Aliás, a imprensa, neste fim de semana, nas re- portagens das revistas, apresenta uma entrevista im- portantíssima: Luis Moreno-Ocampo, Promotor-Chefe do Tribunal Penal Internacional. Ele dá um recado para o Brasil: o Brasil deve – e este é o momento – iniciar o fim da impunidade. Deve iniciar o fim da impunidade, diz Luis Moreno-Ocampo, Procurador-Chefe do Tri- bunal Penal Internacional.

Nós estamos vendo o fim dos paraísos fiscais. O fim dos ladrões que roubam e depois vão gozar em Mônaco, na Suíça, nas ilhas fiscais, com bilhões, o dinheiro acumulado. O Brasil deve fazer isso. E diz o Procurador: "está na hora de fazer isso". O Brasil está vivendo este momento.

Se V. Ex^a me permitir, Sr. Presidente, afinal esta- mos nós três aqui – eu não olho para as cadeiras vazias, eu olho para o canal de televisão e vejo o povo lá atrás.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a terá o tempo que se fizer necessário.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – A televisão do Senado é muito competente, ela mostra V. Ex^a, mostra a belíssima e brilhante Senadora do Amazonas, mostra o velhinho feio que sou eu, mas não mostra o plenário vazio. Faz bem, seria uma imagem muito pesada para o telespectador ver este plenário vazio. Poderiam até perguntar: mas, afinal, aquele Senador está falando para quem? Estou falando para você, para você telespectador.

Hoje, graças a Deus, o Senado tem este meio, que é a TV Senado, onde falamos não digo para a imensa maioria, para a qual ainda falaremos, porque a televisão ainda é fechada, tem que ter NET, mas ela está aumentando. E hoje, aos poucos, é você que está me assistindo agora, as redes especiais, essa gurizada na TV aberta, que vão fazer com que a CPI funcione.

Muita gente ainda não acredita, acha que, lendo nos jornais que o Governo está amarrando a CPI, mar-

cando de cima a CPI para que ela não avance além do que ela quer, isso pode ser o que ele quer. Mas são as redes sociais, é você que está me assistindo agora que vai cobrar. E, como já estiveram no sábado retrasado, se for necessário, virão aqui na frente exigir a cobrança.

Mas eu não poderia deixar de me referir, ainda que rapidamente, a uma entrevista do Sr. Fernando Henrique Cardoso, ex-Presidente. Ele está voltando a falar, com tranquilidade, com serenidade. Sim, porque os candidatos à Presidência da República Serra e Alckmin isolaram o Fernando Henrique. Era proibido falar no Fernando Henrique durante a campanha. Agora, ele está falando.

Ele diz que, hoje, há mais corrupção do que no Governo dele – eu diria que é capaz, sim –, que houve um aumento tão grande, um crescimento tão grande. Mas eu diria, meu amigo Fernando Henrique, que, no seu governo, houve cem vezes mais corrupção do que no Governo do Itamar Franco, seu antecessor. Porque, no governo de Itamar Franco, ele agiu. Ele deixou criar a CPI dos Anões do Orçamento; ele demitiu os Ministros, como a Ministra do Transporte, quando foram levantadas dúvidas com relação a ela; ele tirou o Ministro Chefe da Casa Civil, quando se levantou dúvidas na CPI, e ele só voltou depois de provado que não havia nada; ele votou o Plano Real nesta Casa sem um troca-troca. Diga alguém se, para aprovar o Plano Real, ele precisou nomear algum Ministro de a, b ou c ou precisou aprovar emendas dos Srs. Parlamentares. Na revisão da Constituição, a maioria queria a reeleição. Os governadores, os prefeitos, todo mundo queria a reeleição; ele foi contra. O Fernando Henrique foi a favor, inventou a reeleição; e muita gente foi paga para votar pela reeleição.

O Itamar deixou criar a CPI dos Anões do Orçamento e assumiu o compromisso nosso; e eu entrei com o pedido da CPI dos Corruptores, e o Fernando Henrique não deixou criar. Nós pedimos para criar a CPI da Vale do Rio Doce – um escândalo! –, dada de graça por três bilhões, dinheiro do BNDES; o Fernando Henrique não deixou criar.

Então, eu digo: o governo do Fernando Henrique teve cem vezes mais corrupção do que o governo do Itamar. Ele iniciou essa leva que não parou mais.

Aí vem o Lula. O Lula, que, na hora em que esse mesmo Cachoeira estava lá com o subchefe da Casa Civil iniciando esse processo que não parava, eu fui lá pedir: demite esse Waldomiro, subchefe da Casa Civil e abre processo contra o Cachoeira. E o Lula não deixou. Aí pedimos uma CPI, o Jefferson Péres e eu, e o Lula Presidente e o Sarney Presidente do Senado não deixaram criar. Aí fomos para o Supremo. Ganha-

mos, um ano depois. Aí não era mais Cachoeira, era o mensalão, era um escândalo generalizado.

Então, dá para dizer, sim, que no governo do Fernando Henrique houve cem vezes mais corrupção do que no governo do Itamar. O do Lula aprofundou. Da Dilma, não. Da Dilma, há esses escândalos que estão acontecendo, mas não é em função da Dilma, é em função do processo que anda. O Sr. Cachoeira vem lá de trás, vem do tempo do Lula, e vem vindo, vem vindo e vem avançando.

Mas fala o Sr. Fernando Henrique das relações da Dilma com o Congresso. Ele recomenda: cuidado, Dona Dilma, o Congresso tem muito mais força que parece. Jânio Quadros, Jango e Collor caíram porque não tinham maioria no Congresso, não souberam lidar com o Congresso. Lula, não – disse o Fernando Henrique. Lula entendeu, negociou e costurou com o Congresso – como ele, Fernando Henrique.

O que o Senhor Fernando Henrique quer dizer com isso? Continuar com o troca-troca, é dando que se recebe, é isso que ele quer dizer? Que a Dona Presidente Dilma deve trocar as emendas parlamentares por nomeações? Deve aceitar as nomeações de ministros em troca de votação de projetos? É isso que ele quer dizer? É isso?

Não aceite esse conselho, Presidente Dilma. Não aceite esse conselho. É impressionante que um presidente da seriedade... Eu considero o Fernando Henrique um homem de bem. Fernando Henrique e Lula, eu considero homens de bem, homens sérios. Se me perguntarem se tenho alguma coisa contra a integridade, contra o patrimônio, contra a organização do Lula ou do Fernando Henrique, eu digo: não, não conheço nada em sentido contrário; a não ser a omisão, a não ser a falta de coragem de agir, a não ser deixar que as coisas fossem sendo levadas.

Mas, Presidente Dilma, não aceite o conselho do Fernando Henrique, não.

Em primeiro lugar, essa comparação, dizer que no Governo de Vossa Excelência tem mais corrupção do que houve no governo dele não é bem assim. Se disser que, hoje, a corrupção está mais deslavada, está. Se disser que, hoje, ela está andando por todos os cantos, está. Mas, em compensação, Vossa Excelência está agindo, e está agindo muito bem, está agindo com muita competência. Continue assim.

Presidente Dilma, a CPI do Mensalão foi considerada a CPI da placa branca, porque o governo fechou tudo – relator, presidente, membros que a integravam –, fechou tudo para não deixar sair nada. Foi a que saiu mais. Tudo veio para fora.

Deixe que as coisas aconteçam, Presidenta. Deixe que as coisas aconteçam. Não aceite o conselho

de Fernando Henrique. Eu diria que Vossa Excelência, realmente, tem que ter mais jogo de cintura, principalmente... A lente dos meus óculos, mais uma vez, quebrou – setecentos reais vou ter que pagar, Sr. Presidente. Não sei se eu posso usar. Eu estava em serviço, trabalhando, quando ela quebrou.

Mas, eu posso garantir: com a CPI do Mensalão, veio tudo à tona, veio tudo.

Quando estou vendo hoje a figura do nosso amigo Demóstenes... Nesse fim de semana, eu sofrí muito. Na minha missa, rezei muito pelo Demóstenes, para que Deus tenha piedade dele, porque a figura que está aparecendo agora é mais triste ainda. A primeira figura era do Demóstenes líder da dignidade, da honestidade, da correção e da decência; e eu botava as duas mãos no fogo por ele. A segunda figura é aquilo que eu dizia: bipolaridade. Havia essa figura do homem digno e, do lado de cá, havia o outro lado, que era o de homem mau, o perverso, um líder quase que eu diria incomprensível.

Mas agora está aparecendo uma terceira figura, que me deixa apavorado. Na verdade, o Demóstenes não é essa segunda pessoa. O Demóstenes está aparecendo como o mandaete do Sr. Cachoeira. Ele não era o orientador, o determinador, ele não tinha uma linha, ele não tinha um pensamento, embora lançado, inclusive, candidato a Presidente da República pela sociedade do DEM. A imprensa está mostrando que ele era um executivo de luxo do Sr. Cachoeira: "vai lá e fala com o Ministro do Supremo fulano de tal para isso"; "vai lá e fala com os Governadores do Paraná e de Goiás para aquilo"; "vai lá e fala com o fulano de tal para não sei o quê"; "vai lá e fala com o Ministro do Supremo para não sei o quê". Ele era o mero executor das ordens do Sr. Cachoeira.

Eu não sei. Mas eu me lembro, mais uma vez, da figura do Jefferson, Presidente do PTB, lá na CPI do Mensalão. Acusado, quando quiseram botar só nele a culpa, contando aquilo, ele veio e contou toda a verdade: "É verdade. Reunimos o Lula e o comando do governo e distribuímos os ministérios por partido. Cada partido tinha um determinado ministério, as empresas ligadas a ele, e nomeava sua gente. E aí a gente arrumava da forma que queria".

Foi ele. O mensalão só veio à tona e só explodiu quando o Sr. Deputado Jefferson teve a coragem de contar isso. E, quando a imprensa, os parlamentares o bombardearam, eu vim em defesa dele: V. Ex^a está prestando um grande serviço, Deputado, porque V. Ex^a, em meio a todos os erros e a todos os equívocos, está contando toda a verdade. V. Ex^a, com esse seu pronunciamento, vai permitir que essa CPI aumente e a gente averigue tudo, o que nunca aconteceria. Não fosse o

depoimento do Jefferson, não estaria lá no Supremo o mensalão, com 40 respondendo.

Só para encerrar, Sr. Presidente.

Falando em mensalão, graças a Deus temos um presidente do Supremo que nos dá garantia de dignidade e de seriedade; graças a Deus temos um relator que nos dá firmeza e convicção. Quarta feira, a informação é que ele pedirá, em questão de ordem, a discussão sobre como há de funcionar a votação do mensalão – a discussão.

Com todo o respeito aos senhores membros do Supremo Tribunal Federal, com todo o respeito. Eu nem tenho autoridade para falar. Nós aqui no Senado só nos reunimos terça, quarta e quinta. Segunda, como hoje, não há sessão deliberativa, nem nós nem o Supremo; sexta-feira, não tem votação, nem nós nem o Supremo. Mas, desta vez, o que o Presidente do Supremo e o Relator estão pedindo é que não haja reuniões apenas na quarta e na quinta; que se façam reuniões a semana inteira; e que se dê prioridade ao mensalão. Vejo alguns Ministros do Supremo dizendo que não. Em primeiro lugar, tem que ser só na quarta e na quinta. Em segundo lugar, não tem que dar prioridade, vota-se o mensalão e as outras matérias que têm que ser discutidas. Eu acho que não. Todas as matérias que serão discutidas não serão discutidas com tranquilidade e com serenidade, porque o mensalão estará açoitando todo o conteúdo do debate. Em terceiro lugar, é muito importante que, na hora de se entrar em uma votação como o Mensalão, o Supremo pare tudo e se dedique de corpo e alma a essa matéria; não na terça, na quarta e na quinta, mas durante toda a semana.

Por outro lado, o Supremo, como nós, tem o mês de julho de recesso. O nosso argumento é de que precisamos do mês de julho para percorrer as bases; e o argumento do Supremo é de que eles estão muito cansados e precisam descansar. Tudo bem, mas, pelo amor de Deus, descansem o resto da vida, mas suspendam o recesso de julho este ano; suspendam o recesso de julho, para, se Deus quiser, exatamente ali votarem o mensalão antes de começar o grande grosso das eleições municipais.

Meus irmãos do Supremo, o Brasil olha para V. Ex^as.

Ao contrário de nós, Congresso, que ainda estamos aqui embaixo, a Presidente Dilma já subiu, está em um patamar de respeitabilidade. O Judiciário, que estava igual a nós, aqui embaixo, já está subindo. Subiu quando deu poderes ao Corregedor para manter a autoridade de iniciar processos; subiu quando, na quota dos negros, por unanimidade, disse que é um direito justo; e vai subir, agora, no julgamento do men-

salão. Se tiver que absolver, absolva. Se tiver que absolver alguns e condenar outros, que o faça. Só não pode deixar prescrever. Só não pode deixar passar o tempo e, depois, não vale porque já passou o tempo e prescreveu.

Meus irmãos do Supremo, os senhores têm recesso no mês de julho desde que foram para o Supremo, desde que foram para a Justiça: juiz, desembargador e ministro do Supremo sempre tiveram recesso em julho. Um ano não vai fazer falta. Façam isso, e aí nós estaremos em um grande caminho.

Termino como iniciei.

Meu abraço, querido Gilson Dipp. Acho que nós estamos no bom caminho. Ao contrário da imprensa que vem dizendo que nós estamos numa hora difícil, ao contrário da imprensa que vem dizendo que não acredita nesta CPI, que não acredita na CPI, eu acredito.

É claro que os líderes, cá entre nós, de todos os partidos estão jogando: o PT tentando livrar o Governador de Brasília; o PSDB preocupado com o Governador de Goiás; o MDB preocupado com outro Governador; o Governo Federal preocupado com que não atinja o Governo Federal. No fundo, todo mundo quer passar. Não é o que vai acontecer.

Você, meu irmão das redes sociais, a palavra está com você. Esta Casa sem você é zero. Não sai nada. Não sairá nada daqui, não sairá nada do Supremo, não sairá nada do Executivo, não sairá nada de lugar nenhum, se o povo não for para a rua. Vá para a rua, cerque o Congresso, cobre! Nós estaremos iniciando aquilo que diz o ilustre o Procurador da Argentina: o fim da impunidade.

Muito obrigado pela tolerância de V. Ex^a, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, a Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Aníbal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Simon.

Agora, com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Diniz, que preside a sessão neste momento.

Quero cumprimentar, antes de iniciar o meu pronunciamento, o Senador Pedro Simon pelo pronunciamento feito agora, um pronunciamento marcante e que procura destacar as ações da comissão que foi instituída pela Presidência desta Casa, pelo Presidente José

Sarney, e que tem como tarefa propor ao Parlamento brasileiro um novo Código Penal.

Penso, Senador Simon, como V. Ex^a, que nós precisamos avançar muito nesse segmento, principalmente nos quesitos que dizem respeito aos crimes do colarinho branco.

O combate à corrupção, como eu costumo dizer, não deve funcionar como bandeira política de quem quer que seja, mas deve ser, sim, uma preocupação presente e um orientador, um balizador nos atos e nas ações de todos os agentes públicos. O combate à corrupção não nos cobra apenas o combate pontual, em ações pontuais, mas nos cobra medidas mais estruturantes que sirvam para diminuir, senão extirpar esse que é o grande mal da sociedade capitalista, é bom que se diga, significativamente os seus efeitos.

O Senador Simon destacou a proposta que virá em breve para ser votada nesta Casa e na Câmara de criminalizar o enriquecimento ilícito. Isso seria um avanço significativo, não tenho dúvida nenhuma, muito importante, porque as pessoas praticaram algum tipo de crime e não têm qualquer explicação para o seu enriquecimento pessoal.

Outro ponto que penso que precisamos também abordar é o recebimento desses recursos desviados. Não basta a punição criminal de quem praticou o ato de corrupção. É preciso que essa pessoa devolva, centavo a centavo, aquilo que não lhe pertence, mas, sim, pertence ao Estado e ao povo brasileiro.

Então, Senador Pedro Simon, eu acho que medidas importantes vêm sendo tomadas, vêm sendo adotadas. Eu somaria a essas medidas e a esses estudos a Lei da Transparência, porque talvez a transparência, de todas as medidas, seja a mais eficaz. A partir do momento em que o Poder Público é obrigado, em tempo real, a prestar contas para a população, estaremos com essa medida preparando milhões de milhares de brasileiros para que eles próprios sejam os fiscais ou as fiscais da boa aplicação dos recursos públicos. Então, o Brasil adotar essa medida é algo fundamental. Não dá para descobrirmos que uma obra a ou b está sendo contratada por determinado valor pelo Poder Público no **Diário Oficial**. Não. Isso feito, tudo tem de estar imediatamente disponibilizado nas redes de informação. A Internet nos propicia isso e nós precisamos utilizá-la com grande competência. Nesse aspecto, o Governo da Presidenta Dilma vem dando passos largos muito importantes.

Eu não falei ainda, Senador Pedro Simon, em relação ao Senador Demóstenes e ao seu possível, provável envolvimento com o grupo do Sr. Carlos Cachoeira, mas quero dizer, como V. Ex^a, que eu lamento muito. Não diria, como disse V. Ex^a, que para mim foi

uma decepção. Costumo muito desconfiar de determinadas ações, de determinados atos. Não é exatamente uma decepção, mas, sem dúvida nenhuma, é algo que escandaliza não só o povo brasileiro, mas todos aqueles que aqui estão, pela prática que a imprensa divulga e pelas escutas telefônicas reveladas à Nação brasileira.

Mas eu tenho confiança na Comissão Parlamentar de Inquérito, da qual participo juntamente com parlamentares muito competentes, e também na serenidade, na maturidade de todos os Senadores e das Senadoras que compõem o Conselho de Ética desta Casa e que têm uma grande responsabilidade não só perante o Senado Federal, mas também perante o País, perante a Nação brasileira. Então, deposito muita confiança nesse trabalho e tenho certeza de que o caso terá o desfecho não só que a população espera, mas também que os dados, que todo levantamento feito até agora exige.

Sr. Presidente Senador Diniz, assim como fez a Senadora Ana Amélia, quero dizer que, nesta véspera de feriado, dia 30 de abril, segunda-feira – amanhã é terça-feira, feriado em todo o País que considero e reputo dos mais importantes por estar relacionado com o trabalho, com a atividade laboral, com as relações ainda conflituosas entre capital e trabalho no Brasil e em grande parte do mundo – vir a este Senado e não falar a respeito do dia seria a mesma coisa que não chegar ao Senado, Senador Diniz.

Portanto, ocupo a tribuna neste dia para homenagear todos os trabalhadores e as trabalhadoras do mundo e especialmente do Brasil. Quero homenagear as suas lutas e conquistas, que serão lembradas principalmente no dia de amanhã, porque o Dia do Trabalho assim como o Dia da Mulher, o Dia do Jornalista, o Dia de Combate à Discriminação Racial, o Dia de Combate à Violência contra a Mulher são dias que servem para que a população, todo povo possa refletir sobre problemáticas que têm que ser enfrentadas e que têm que ser atacadas.

Então, a data do dia do trabalhador, o Dia Internacional do Trabalho, é comemorada, Sr. Presidente, em dezenas de países ao redor do mundo. Homenageia todos os trabalhadores e trabalhadoras e é uma alusão, como aqui já foi dito, aos trabalhadores de Chicago, nos Estados Unidos, que reivindicaram, no mês de maio de 1886, a diminuição da carga horária desumana de 13 para oito horas diárias, além de reivindicarem melhores condições de trabalho.

A mobilização contou com passeatas, com piquetes e muitas manifestações nos Estados Unidos. A polícia repreendeu duramente todas as formas de manifestações. Por isso, muitos dos operários, dos tra-

lhadores e trabalhadoras foram feridos, presos e muitos foram mortos por conta da represália aos protestos.

A tragédia de Chicago, portanto, infelizmente, foi o ápice sangrento de uma luta por melhores condições de trabalho e por uma jornada humana, que vinha sendo feita na última metade do século IXX.

Aqui, no Brasil, o movimento de esquerda também levantou essas bandeiras e a primeira celebração ao 1º de Maio aconteceu graças ao Centro Socialista, em Santos, no ano de 1895.

Já na Constituinte de 1946, a bancada comunista, do partido ao qual pertenço, formada, à época, por 15 Deputados e um Senador da República, Luís Carlos Prestes, levantou bandeiras históricas relacionadas aos trabalhadores, como, por exemplo, a participação dos trabalhadores e trabalhadoras no lucro e na gestão das empresas, algo que nós já alcançamos, mas em que precisamos avançar ainda mais, porque a participação nos lucros, dos trabalhadores e trabalhadoras, principalmente das grandes corporações, das grandes empresas, tem sido, ainda, algo simbólico. É preciso que cresça, que haja um crescimento progressivo, para que o trabalhador possa ver uma remuneração um pouco melhor em relação ao trabalho que desenvolve no dia a dia.

Outra reivindicação da nossa bancada...

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senadora Vanessa, permita-me interrompê-la.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, Senador Aníbal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – É só para anunciar a presença de um grupo de alunos da Universidade de Harvard, dos Estados Unidos, aqui no plenário. A Mesa aproveita para dar as boas-vindas aos estudantes de Harvard aqui no nosso Senado.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Recebam também as minhas congratulações.

Outra grande bandeira defendida por nossa bancada na Constituinte de 1946 foi a proibição do trabalho a menores de 14 anos e do trabalho noturno em indústrias insalubres a menores de 18 anos; a organização paritária da Justiça do Trabalho e sua extensão aos trabalhadores do campo também foi uma forte bandeira levantada por nosso Partido que virou, posteriormente, à época, um direito significativo.

Também defendemos, à época, com muita força, a ampla autonomia e liberdade sindicais. A jornada máxima de trabalho de oito horas diárias, a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo e a concessão de direito de greve aos funcionários públicos foram algumas das medidas e bandeiras levantadas à época.

Algumas dessas bandeiras ainda continuam atualmente na ordem do dia. Destaco a diminuição da jornada de trabalho para 40 horas semanas, porque, para homenagear os trabalhadores brasileiros, os trabalhadores do mundo, não basta falar de suas bandeiras e suas conquistas, mas é preciso registrar essas bandeiras, essas conquistas e, ao mesmo tempo, apontar para novas bandeiras que caminhem rumo à construção de relações entre trabalho e capital mais humanas.

Portanto, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais – pensamos todos nós – promoveria, caso ocorresse, um avanço importante no combate ao desemprego no País.

Segundo o Dieese, existem hoje em torno de três milhões de trabalhadores desempregados em nosso País. Segundo estudos do próprio Dieese, reduzindo-se a jornada de 44 para 40 horas semanais, poderíamos criar, somente com essa medida, em torno de dois milhões e meio de novas vagas no mercado de trabalho formal de nosso País. A medida ainda poderia diminuir o número de horas extras.

Hoje, é significativo o número de trabalhadores no Brasil que cumprem horas extras que chegam a ser desgastante, que têm demonstrado ser extremamente danosas a todo esse conjunto de pessoas, de brasileiros.

Os empregadores têm utilizado o expediente das férias coletivas, o trabalho em tempo parcial, banco de horas ou trabalho aos domingos, aumentando a carga horária do empregado. Ou seja, além de gerar, criar novos empregos, poderíamos também diminuir – repito – as horas extras que tanto mal causa ao trabalhador e trabalhadora brasileiros, que muitas vezes utilizam-se desse expediente para poder melhorar o seu nível de salário, o seu ganho mensal.

A adoção das 40 horas também poderia contribuir, Sr. Presidente, para diminuir o número de doenças e o volume de casos de doenças laborais no Brasil, que tem aumentado de forma assustadora e em grande parte pela extensiva, estafante e elevada jornada de trabalho. Aliás, há alguns dias nós também comemoramos o Dia da Segurança no Trabalho, além da criação da Justiça do Trabalho em nosso País, que tem sido um elemento fundamental para a garantia efetiva dos direitos dos trabalhadores.

Recordo-me que participei, junto como diretor da Anamatra, que é a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho, de um programa muito interessante organizado pela TV Senado, um programa no qual nós falamos da importância da Justiça do trabalho, Senador Simon, nesses 70 anos de existência. E chegamos a discutir lá, para muito além, da importância da CLT, que

é a Consolidação das Leis do Trabalho, porque muitos dizem que é uma lei caquética, uma lei velha, e que teria que ser substituída. E alguns ousam dizer mais, que ela teria que acabar porque não há mais necessidade de uma lei do tipo da CLT nos momentos em que vivemos, e que deveríamos deixar tudo para que o próprio mercado resolvesse. Ora, se nós temos uma relação onde de um lado há um elo extremamente forte e poderoso e de outro lado um elo extremamente fraco, sem poder algum, obviamente que nós temos que ter um conjunto de normas, um conjunto de regras e dispositivos legais para que regule e garanta sempre o cumprimento do direito do mais fraco.

Então, homenagear os trabalhadores é homenagear, no Brasil, os 70 anos da Justiça do Trabalho e homenagear essa lei tão importante conquistada pelos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Lembro que no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique nos deparamos, na Câmara dos Deputados – ainda bem que o projeto nem chegou a ser remetido para o Senado Federal, porque barramos lá, na Câmara dos Deputados – um projeto muito simples, simplório até diria, de um único artigo mas de um conteúdo fantástico, porque em um único artigo, o projeto acabava com todo o conteúdo da Consolidação das Leis do Trabalho. Era o artigo que dizia que o negociado prevaleceria ao legislado. Ou seja, valorizando a negociação entre trabalhadores e empregados e retirando todos os direitos que a CLT lhes daria.

Portanto, Sr. Presidente, Senadores, é muito importante que nós entendamos que entre as bandeiras que defendemos para os trabalhadores, que todas as centrais sindicais defendem está exatamente a adoção das 40 horas semanais, além, obviamente, de outros itens como a valorização do trabalho com a própria valorização do salário do trabalhador.

E sobre isso eu falarei logo em seguida, porque demos passos largos, importantes e significativos no Brasil nos últimos anos.

Os fatores macroeconômicos também, Sr. Presidente, se mostram favoráveis para a adoção da diminuição da jornada de trabalho no Brasil. Apesar da crise mundial, a economia brasileira está em franco crescimento, a taxa de inflação se mostra equilibrada, há também um equilíbrio na balança de pagamento e um superávit primário elevadíssimo.

E é preciso que o Governo Federal entenda a necessidade de diminuir como forma, com um dos itens necessários a forçar o crescimento do mercado interno porque, afinal de contas, de 2008 para cá o Brasil tem sido um dos países que enfrenta em melhores condições essas crises econômicas que eclodem no mundo inteiro. Primeiro foi nos Estados Unidos e, agora, mais

recentemente, na Europa. Sentimos, obviamente, como todo mundo, como todos os países o efeito da crise.

Entretanto, pelas características do nosso País, 6ª economia do mundo, quase 200 milhões de habitantes, número significativo de pessoas economicamente ativas, nós, utilizando apenas o recurso do incremento do mercado interno, temos conseguido passar por essa crise, não imunes, mas propiciando efeitos, principalmente aos mais fracos, aos trabalhadores, aos mais pobres, que não sejam tão significativos.

Portanto, aproveitar esse bom momento. E dizem o seguinte: que toda crise, se tem o seu lado ruim, tem o seu lado bom também. E deve ser utilizado como uma janela, para que possamos dar saltos mais significativos. E vejo a crise econômica vivida no mundo e no Brasil não só como uma janela, para mudarmos, de o Brasil mudar alguns conceitos da política macroeconômica aplicada há algum tempo e mudar algumas questões estruturais e estruturantes. E uma delas, sem dúvida, seria a diminuição da jornada de trabalho.

E, aí, quero destacar que temos dois polos em relação a esse item, a essa reivindicação. Os trabalhadores, por meio de seus sindicatos, de suas centrais, que defendem, por um lado, a proposta com muita força, e, por outro lado, uma grande mobilização do segmento patronal, sobretudo das federações das indústrias, da Confederação das Indústrias que se têm colocado radicalmente contra a matéria, contra essa medida. E, para tanto, utilizam hoje, Senador Diniz, Senador Simon, os mesmos argumentos que usavam na Constituinte de 1988. Eu, à época, não era Parlamentar, mas militante do movimento sindical, vice-presidente da Confederação dos Professores do Brasil, que hoje é CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação), e andava muito por esses corredores fazendo o **lobby** da educação e o **lobby** de todos os trabalhadores. E, à época, reivindicamos com muita força a diminuição da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais. E conseguimos. Isso foi efetivamente aprovado apesar dos mesmos argumentos que apresentam hoje o patronato, as suas entidades, as entidades patronais contrárias a esse tipo de medida.

À época, os empresários afirmavam que a economia brasileira não suportaria a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais. Diziam que a economia entraria num processo delicado, que os próprios trabalhadores seriam os mais prejudicados, porque afirmavam que a diminuição da jornada de trabalho representava um custo a mais no processo produtivo, aumentava o custo Brasil de produção. E isso faria com que menos produtos fossem vendidos e, portanto, menos postos de trabalho gerados.

O que a história mostrou foi exatamente o contrário. O número de postos de trabalho foi ampliado e a qualidade de vida do trabalhador melhorou ainda mais.

Por isso que é hora de dar outro salto, Sr. Presidente, no que diz respeito às relações de trabalho no Brasil, um salto rumo à valorização daqueles que constroem verdadeiramente a riqueza nacional, mas que muito pouco se apropriam dela. Isso porque, infelizmente, no sistema capitalista, os produtos não são fabricados de acordo com a necessidade das pessoas; são fabricados exatamente para darem lucro a quem os fabrica. E se, por acaso, forem de utilidade pública ou quanto maior for a utilidade daquele produto, melhor para quem detém os meios de produção, porque maior poderá ser o seu lucro.

Aliás, o Brasil precisa fazer uma grande, profunda e forte investigação, porque toda vez que entramos em crise a indústria pede desoneração, diminuição de impostos, e nunca paramos para ver exatamente qual é o percentual da folha de pagamento e quanto isso representa em toda a composição de custos de determinado segmento produtivo, Senador Simon. Nunca! Nós precisamos fazer isso, porque, em média, o custo do trabalhador para o empregador, principalmente para o grande industrial, é muito pequeno. É muito pequeno!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Então, precisamos dar um salto nesse aspecto para melhorar a qualidade de vida da nossa gente.

Hoje, o jornal do Governo Federal, até pela véspera do Dia do Trabalhador – e eu já estou caminhando para a conclusão –, mostra alguns dados importantes. A renda das famílias, por exemplo, cresceu mais de 15% em uma década, entre os anos de 2000 e 2010. A renda familiar média, que era de R\$2.297,00, passou para R\$2.653,00 no ano de 2010. Mostra também – e a Senadora Ana Amélia falou muito disso – que o maior crescimento está entre as mulheres. A diferença salarial hoje entre homem e mulher está na ordem de 26% aproximadamente, quando, há alguns poucos anos, era de mais de 30%, Srs. Senadores. Então, um crescimento importante, uma valorização importante da metade da população, que são as mulheres.

E, para nossa alegria, Senador Diniz, a região que mais melhorou nesse aspecto, ou seja, diminuindo a diferença salarial entre homens e mulheres é exatamente a nossa região, a região Norte. Na região Norte, há algo fantástico: entre todas as regiões do Brasil, é no Norte que a mulher tem a liberdade maior, tem autonomia maior e é mais reconhecida. Isso nós devemos investigar. Estudos antropológicos já estudaram e mostram que há um forte componente da origem da

população daquela região, grande parte indígena, ou marcada, ou em que se misturam outras etnias com os povos indígenas e propiciam uma condição melhor, de maior liberdade e reconhecimento para as mulheres brasileiras.

Quero também aqui levantar, Sr. Presidente – e aí volto à jornada de 40 horas –, que os estudos sobre a diminuição da jornada, realizados pelo Ipea e pelo Dieese, são taxativos no sentido de mostrar, de apontar cientificamente que a redução da jornada de trabalho provocará, diretamente, num curto espaço de tempo, a diminuição do desemprego no Brasil, que não é tão elevado se comparado a outros países. Na Espanha, por exemplo, chega-se a quase 25%. Estamos vivendo um período de uma média de 5% de desemprego, enquanto a China, como nós, em torno de 4%. Países como a Turquia, a Venezuela têm taxas bem superiores, maiores de 12%. Mas, enfim, a diminuição da jornada de trabalho poderia melhorar ainda mais, não só os índices da redução de desemprego, mas também melhorar o nível de formalização do trabalho em nosso País.

Portanto, a redução da jornada de trabalho é uma luta histórica dos trabalhadores, no mundo inteiro. E, como disse, no início, começou ainda lá no século XVIII, Sr. Presidente. Aliás, foi essa uma das razões por que, no mundo inteiro, comemoramos o dia 1º de maio como Dia Internacional do Trabalho.

Portanto, uma boa forma, penso, de homenagear os trabalhadores é promover esse debate no Parlamento e ajudá-los, mas ajudá-los mesmo, para ver esse projeto aprovado. E, aí, destacaria um projeto, de todos os que existem, pois são muitos os projetos de vários Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, o que considero mais avançado: trata-se de uma proposta de emenda à Constituição, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Inácio Arruda, ainda da época em que ambos eram Deputados Federais, que diminui, efetivamente, a jornada de trabalho para 40 horas semanais. Na Câmara, participei da Comissão Especial que analisou o conteúdo, o mérito, da proposta, que a considerou constitucional e que a aprovou. Ou seja, portanto ela já está pronta para ser votada no plenário.

Sr. Presidente, como meu tempo já expirou, concluindo, quero aqui finalizar o meu pronunciamento, destacando que, nos últimos anos, tivemos conquistas importantes no Brasil. Aqui, destaco – e não posso concluir sem falar sobre isso – a política de valorização do trabalhador e de valorização salarial do trabalhador. Nós aprovamos no ano passado, num intenso debate aqui neste plenário, uma lei que determinou a política de valorização e aumento do salário mínimo brasileiro, que foi alvo até de uma ação direta de inconstitucionalidade

por parte dos partidos de oposição – DEM e PSDB –, que diziam que nós estávamos passando atribuições típicas do Parlamento para o Poder Executivo. Não! Nós não passamos atribuição para ninguém, porque na lei que nós aprovamos nós dissemos: o índice a ser aplicado ano a ano será esse, e apenas o Executivo estabelece, por decreto, os índices que a lei que nós aprovamos determinou. Portanto, nós próximos quatro anos – e espero que daí para frente aprovemos uma nova lei ampliando o prazo para que ela vigore –, o trabalhador brasileiro já sabe bem antecipadamente o valor do salário mínimo do ano seguinte, visto que o mesmo, além da correção da inflação, ele tem um reajuste vinculado a evolução, ao crescimento da economia brasileira, ao PIB. Portanto, nós próximos quatro anos a perspectiva é reajustar o salário mínimo em 50%, um aumento que representa mais do que o dobro da inflação prevista.

Esse, sem dúvida nenhuma, é um ganho econômico muito importante. Aliás, se o Brasil tem conseguido diminuir muito a miséria extrema e a pobreza, não é só por causa dos programas sociais necessários importantes como o Bolsa Família e outros programa de transferência de renda, mas também o salário mínimo tem sido apontado por todos os economistas brasileiros, de forma unânime, como um dos grandes instrumentos para se chegar esse benefício importante e a esses índices sociais mais justos do que tínhamos no passado.

Destaco que essa foi uma luta dura. Quando o Presidente Lula assumiu o poder, lembro-me de que o aumento do salário mínimo não foi aquele que a população esperava. E eu votei de acordo com o projeto de Lula, pelo que fui duramente criticada no meu Estado, onde meus adversários políticos utilizaram aquilo para dizer que eu estava traindo os direitos dos trabalhadores. E eu dizia que não, que, na vida, nem sempre caminhamos para frente; às vezes, precisamos dar um passo, dois passos atrás para que aqueles que gente dê à frente, Senador Pedro Simon, sejam sólidos e não sofram qualquer tipo de retrocesso". E a história mostrou que aquele momento foi necessário, um momento de instabilidade política, instabilidade econômica, necessário, porém, para que chegássemos ao que temos hoje e ao que teremos melhor ainda nos anos próximos Senador Diniz.

Enfim, além disso tudo, quero concluir, Senador – e concluo mesmo –, dizendo que homenageio os trabalhadores da minha terra, do meu Estado, aqueles que trabalham no Polo Industrial de Manaus. Lá são 120 mil pessoas, que trabalham em quase 600 indústrias diretamente, fora os trabalhadores que não são ligados diretamente à indústria, mas que trabalham

indiretamente para as indústrias, como os motoristas de ônibus, que fazem o transporte dos trabalhadores, os comerciantes, os escritórios de contabilidade que prestam serviços gerais, que prestam serviços às indústrias.

Concluo o meu pronunciamento dizendo que muito já conquistamos no Brasil, mas temos muito ainda a conquistar, até que cheguemos ao momento em que não haja mais explorados e exploradores. Esse é o sonho. Tudo o que sonhamos e por que lutamos para que se transforme em realidade, não tenho dúvida nenhuma, um dia o conquistaremos. Enquanto isso não acontece, Sr. Presidente, enquanto a sociedade não seja definitivamente fraterna, onde as pessoas sejam o centro das atenções e não o capital, e não a propriedade; enquanto isso não acontece, nós, no dia a dia deste Parlamento, precisamos lutar para que esses trabalhadores tenham uma remuneração pelo menos justa, que não sejam tão explorados como infelizmente ainda são no Brasil e no mundo inteiro.

Concluo cumprimentando, saudando todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras do nosso querido Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin. Cumprimentos da Mesa pelo belíssimo pronunciamento em comemoração ao Dia do Trabalho e tantos temas abordados por V. Ex^a.

Convido V. Ex^a a assumir a Presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

O Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Dando sequência aos nossos trabalhos, agradeço ao Senador Anibal Diniz e convido-o a fazer uso da palavra neste momento, como orador inscrito.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Pedro Simon, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, inicio o meu pronunciamento, na tarde desta segunda-feira, também fazendo uma saudação especial ao dia 1º de maio, o Dia do Trabalhador, o Dia do Trabalho, que será comemorado amanhã, motivo, inclusive, do recesso aqui, do Parlamento. Contudo, aproveitamos esse momento para fazer uma saudação especial a essa data, aos trabalhadores brasileiros e especialmente aos trabalhadores do Estado do Acre, que é o Estado que tenho a honra de representar aqui, no Senado Federal.

Faço uma saudação especial e também um anúncio, porque nós já tivemos a confirmação do Ministro Fernando Pimentel, Ministro que vai estar presente no dia 21 de maio próximo, quando será inaugurada em definitivo a nossa Zona de Processamento de Exportação, a primeira ZPE do Brasil a ser alfandegada. Entre as 22 ZPEs autorizadas no Brasil, apenas a ZPE do Acre conseguiu alfandegamento por conta de todo um trabalho realizado pelo Governador Tião Viana, pelo ex-Governador Binho, também pelo Senador Jorge Viana e que, agora, conta com o suporte do ex-Deputado e Secretário de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Florestal, Edvaldo Magalhães, que é quem está à frente da Secretaria de Indústria e Comércio do Acre e vai dirigir todos os trabalhos da nossa Zona de Processamento de Exportação, em cuja inauguração, como disse, terá a presença do Ministro Fernando Pimentel, no próximo dia 21.

Também quero anunciar que, na próxima sexta-feira e sábado, haverá uma ampla agenda de governo lá, na cidade de Cruzeiro do Sul, onde será também inaugurada uma área especial, o nosso Distrito Industrial de Cruzeiro do Sul, e uma área especial para os marceneiros. O evento também vai contar com a presença do Governador Tião Viana, do Secretário Edvaldo Magalhães, bem como do Senador Jorge Viana e a minha presença lá, em Cruzeiro do Sul, na próxima sexta-feira. No sábado, a agenda prossegue.

De tal maneira, aproveitamos esta saudação ao Dia do Trabalhador para falar de todo o esforço do governo no sentido de gerar mais emprego, renda e possibilidade de melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Essa data, o 1º de maio, é uma data muito especial, que foi instituída em 1889, por um congresso socialista realizado em Paris, na França. Esse dia foi escolhido em homenagem à greve geral que aconteceu em 1º de maio de 1886, em Chicago, que, à época, era o principal centro industrial dos Estados Unidos.

Naquela ocasião, milhares de trabalhadores foram às ruas para protestar contra as condições de trabalho desumanas a que eram submetidos e exigir redução da jornada de trabalho que, àquela época, era de 13 horas diárias, e eles faziam movimento para a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias.

Em que pese a grave crise enfrentada por diversos países no mundo em relação ao desemprego, vide toda a situação de desajuste e descontrole que está havendo nos países europeus, nas principais economias do mundo, o Brasil, nos últimos anos, felizmente, tem contabilizado um aumento crescente nos postos de trabalho, e isso é fruto de uma política direcionada para esse setor, de valorização do trabalho e de va-

lorização dos investimentos que resultem na geração de novos postos de trabalho.

Consideramos que as significativas conquistas trabalhistas são resultado das políticas sociais e econômicas implementadas na última década pelo governo, inicialmente do Presidente Lula e, depois, com a Presidenta Dilma, mas também da combativa luta das centrais sindicais por melhorias decisivas, como o projeto de valorização do salário mínimo.

Lembramos que, em 2004, as centrais sindicais lançaram a campanha de valorização do salário mínimo com marchas realizadas, em Brasília, para fortalecer a opinião dos Poderes Executivo e Legislativo sobre a importância social e econômica da proposta de valorização do salário mínimo.

Como resultado, o valor do salário mínimo, em maio de 2005, passou de R\$260,00 para R\$300,00; em abril de 2006, subiu para R\$350,00; e, em abril de 2007, foi para R\$380,00. Em março de 2008, o salário mínimo foi alterado para R\$415,00, e, em fevereiro de 2009, o valor ficou em R\$465,00; em janeiro de 2010, o valor do salário mínimo passou para R\$510,00, resultando em um aumento real, à época, de 6,2%.

Também como resultado dessas negociações, foi acordada, em 2007, uma política permanente de valorização do salário mínimo até 2023. Essa política tem como critérios os repasses da inflação do período entre as correções, o aumento real pela valorização do PIB, além da antecipação da data-base de revisão.

Este ano, o governo encaminhou ao Congresso o Projeto de Lei que serve de base para elaboração do Orçamento de 2013, com a previsão de um salário mínimo de R\$667,75 para o ano de 2013. Esse valor é 7% maior que o atual salário mínimo em vigor, no Brasil, de R\$622,00.

Hoje, a Presidenta Dilma lembrou, durante o programa de rádio Café com a Presidenta, que, mais uma vez o País vai comemorar este 1º de Maio gerando mais emprego e renda. Somente nos primeiros três meses deste ano, o País criou mais 440 mil vagas com carteira assinada. E isso é um avanço muito importante. Sabemos que temos ainda fortes desafios pela frente, com uma alta informalidade e uma alta rotatividade de mão de obra, mas estamos preparados para enfrentá-los. Este é um desafio que todos nós, principalmente os parlamentares, temos que encarar.

A esse respeito, gostaria de fazer uma saudação especial ao novo Ministro do Trabalho, o Deputado Brizola Neto, do PDT do Rio de Janeiro, que teve sua nomeação anunciada hoje. Aos 33 anos, ele que é neto do fundador do PDT, o ex-governador do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, será o Ministro mais jovem da equipe da Presidenta Dilma.

Então, fazemos uma saudação ao Ministro Brizola Neto, desejando-lhe boa sorte, que ele logre muito êxito nessa sua missão e que possa ter resultados muito positivos daqui para 2014.

Srº Presidente, senhores telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, eu gostaria também de fazer uma reflexão a respeito da situação constrangedora que ficou após a aprovação do Código Florestal na Câmara dos Deputados, colocando praticamente abaixo todo o acordo realizado aqui no Senado no sentido de promover alguns avanços.

Os Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique, que conduziram as relatorias no Senado, já se manifestaram aqui da tribuna, colocando vários aspectos em que houve retrocesso, recomendando inclusive para a Presidenta Dilma vetar o projeto aprovado na Câmara no último dia 25.

O Senador Jorge Viana chegou a afirmar que deixa de ser um caso de política para ser um caso de justiça, porque gera muita insegurança jurídica, e, a partir de agora, com as dúvidas que ficaram patentes, muito provavelmente haverá muitos assuntos que serão dirimidos na Justiça. Isso tudo causa uma insegurança jurídica muito grande, diferentemente do que foi o princípio que norteou as discussões aqui no Senado Federal, que era justamente tentar constituir uma legislação firme, uma legislação que pudesse dar uma resposta aos problemas atuais e, principalmente, tentar fazer uma previsão de soluções para as situações futuras, justamente para que se tivesse um arcabouço legal, voltado para essa questão florestal, que não colocasse as futuras gerações sob risco. Mas, infelizmente, não foi essa a compreensão que aconteceu na Câmara dos Deputados, e o resultado foi a aprovação de um Código Florestal que vai gerar muita, muita polêmica.

Inclusive, os Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique já estão falando da apresentação de um novo projeto que possa resgatar aquilo que foi o acordo estabelecido no Senado Federal.

Então, eu gostaria de destacar as recentes articulações iniciadas neste Senado, para que o Congresso vote um novo Código Florestal e, assim, recomponha as alterações feitas pela Câmara na semana passada.

A atualização do Código Florestal brasileiro teve tramitação polêmica, tanto na Câmara quanto no Senado, e é sabido que envolve interesses antagônicos. Mas não é possível permitir que as 21 alterações construídas por parte dos Senadores, construídas inicialmente aqui no Senado e alteradas lá na Câmara dos Deputados, levem o Brasil a ter de conviver com uma perda ambiental cuja conta não será paga apenas por nós, mas principalmente pelas futuras gerações.

Por isso, saudamos a iniciativa do Senador Jorge Viana, do PT do Acre, e do Senador Luiz Henrique, do PMDB de Santa Catarina, que foram os relatores da proposta do Código Florestal no Senado e já apresentaram um projeto para resgatar os avanços conseguidos por esta Casa.

Os dois Senadores destacaram que os termos do projeto aprovado aqui, os artigos e os dispositivos foram discutidos amplamente com as lideranças da Câmara, e, portanto, não cabia outra atitude que não fosse a manutenção do texto acordado. No entanto, o que se viu foi um passo atrás e a imposição de uma derrota ambiental ao País.

Aprovado na última quarta-feira, o texto da Câmara prejudica a proteção do meio ambiente e das florestas, além de promover anistia a quem desmatou e incentivo a novos desmatamentos, beneficiando ruralistas que não primam pelo cumprimento das leis.

As alterações que mais geram críticas por parte dos defensores do meio ambiente estabeleceram a divisão por categoria dos produtores rurais para recebimento de incentivos. Determinaram a eliminação da proteção de 50 metros em torno de veredas e promoveram a exclusão do artigo que impedia o recebimento de crédito agrícola por produtores que não promovesssem a regularização ambiental em cinco anos.

Aliás, esse foi um dos aspectos mais ressaltados no relatório aprovado no Senado, que era justamente trazer pela positiva o trabalho de recomposição das áreas de proteção permanente.

Então, aqueles proprietários, aqueles ruralistas que não fizessem essa recomposição não estariam aptos a receber financiamentos ou outros incentivos. E isso acabou caindo lá na Câmara.

Além disso, destacamos a retirada de soldados e apicuns da área de preservação permanente – APPs – e a eliminação das faixas de 30 a 100 metros para rios acima de 10 metros de largura. Segundo os estudiosos do tema, a proposta da Câmara passa poderes para os Estados consolidarem ocupações em mangues e incentivarem novas ocupações nesse ecossistema, além das ocupações nas margens de rios.

Por outro lado, o projeto apresentado na última quarta-feira, dia 25, pelos Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique, resgata percentuais de reflorestamento em margem de rios que constava do texto aprovado no Senado e foi retirado no texto aprovado na Câmara dos Deputados. Também exige uma recomposição de reflorestamento de no mínimo 30 metros aos produtores que se consolidarem em APPs ao longo de rios com largura superior a 10 metros. Pelo projeto, os produtores localizados nessas áreas terão de reflorestar o correspondente à metade da largura do curso

d'água, observado o mínimo de 30 metros e o máximo de 100 metros.

Na Câmara, o texto aprovado deixou os percentuais de recomposição a cargo da União e dos Estados.

Outra mudança apresentada pelos Senadores estabelece que imóveis com área superior a quatro módulos fiscais, que possuam áreas consolidadas em APPs, ao longo do curso de água, com largura superior a 10 metros, só poderão continuar no local se seguirarem os critérios técnicos definidos pelos conselhos estaduais de meio ambiente.

Essa proposição, que também já constava do relatório aprovado no Senado, foi eliminada na Câmara dos Deputados. A proposta aprovada na Câmara foi omissa em relação a esse tema.

Os próximos dias serão marcados por importantes notícias sobre o Código Florestal.

A Presidenta Dilma tem e, certamente, vai utilizar dessa prerrogativa de vetar, parcial ou totalmente, o texto aprovado pelo Congresso, com as alterações da Câmara. E nós, parlamentares, temos o dever de reunir aqueles que desejam ter um Código Florestal com objetivos de proteção das florestas, para reafirmar que essa batalha ainda não chegou ao fim, e tentar aprovar medidas positivas para este cenário.

Vale a pena ressaltar. Srª Presidenta, que o advogado André Lima, integrante da OAB-DF e consultor jurídico da Fundação SOS Mata Atlântica, também membro da Comissão de Direito Ambiental da OAB, publicou no site da SOS Mata Atlântica um estudo técnico mostrando, item por item, os prejuízos mais gritantes do que foi aprovado na Câmara dos Deputados. Com esse seu estudo, que traz pelo menos quinze itens, consegue fazer uma abordagem bem didática de quais aspectos devem ser considerados.

Diz ele:

1. O relator [Deputado Piau] rejeita o art. 1º do texto aprovado no Senado, que define uma série de princípios que caracterizam o código florestal como uma lei ambiental. Ao rejeitar esse dispositivo, o relator reforça a tese de que o Congresso está transformando o Código Florestal em uma lei de consolidação de atividades agropecuárias ilegais, ou uma lei de anistia àqueles que praticaram irregularidades.

2. O relator resgata o conceito original, incerto e genérico (da versão da Câmara) de pousio (art.3º, XI). Na prática, essa alteração significa a consolidação de desmatamentos ilegais posteriores a 2008, que serão caracterizados como áreas em pousio e vai permitir ainda novos desmatamentos legais em proprie-

dades com áreas abandonadas, o que hoje é vedado pela Lei vigente.

3. O novo relatório propõe, ainda – o que é coerente com a alteração referida no item 2 –, a exclusão do conceito de áreas abandonadas ou subutilizadas previsto no artigo 3º, inciso XX, do texto aprovado no Senado. Isso pode comprometer o próprio Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono), cujo objetivo é criar incentivos à redução de emissões do setor agropecuário mediante o resgate dessas áreas para a produção. Cai um instrumento legal de pressão por recuperação e otimização produtiva de áreas hoje subutilizadas ou abandonadas na medida em que poderão ser abertas novas áreas de vegetação nativa nessas propriedades.

4. O relatório dispensa a proteção de 50 metros no entorno de veredas, o que significa não somente a consolidação de ocupações feitas nessas áreas como, inclusive, novos desmatamentos, pois deixa de existir uma faixa de proteção das veredas, sendo somente as veredas consideradas área de preservação. É como se o relator definisse somente a nascente como área de preservação e dispensasse a faixa no entorno dessa nascente como de preservação permanente. Para o bioma Cerrado, o mais ameaçado hoje pela expansão indiscriminada da agricultura, essa exclusão dos 50 metros de faixa de proteção significa a condenação das veredas.

5. O relator suprime APP de reservatório natural com menos de 1 ha (art. 4º, §4º). Retoma a redação da Câmara, o que significa acabar com APP nesses reservatórios (altamente vulneráveis) sob o argumento de que muitos deixam de existir em função das longas estiagens.

6. O Deputado Piau aumenta as possibilidades legais de novos desmatamentos em APP ao excluir (§6º do artigo 4º) a restrição para novos desmatamentos nos casos de aquicultura em imóveis com até 15 Módulos fiscais (na Amazônia, propriedades com até 1.500ha).

7. O relatório amplia de forma indiscriminada a possibilidade de ocupação nos manguezais ao manter a separação dos Apicuns e Salgados e delegar o poder de ampliar as áreas de uso aos Zoneamentos, sem qualquer restrição e manter somente os §§ 5º e 6º do art. 12.

8. No art. 16, o relatório retoma o § 3º do texto da Câmara para deixar claro que, no cômputo das Áreas de Preservação Permanente no cálculo do percentual de Reserva Legal, todas as modalidades de cumprimento são válidas, além da regeneração e da recomposição, também a compensação que poderá ser feita em outros Estados.

9. O relatório exclui critérios técnicos para manejo florestal, facilitando a supressão de árvores em propriedades rurais. Isso significa estímulo à degradação florestal em Reserva Legal (RL) (com alteração do artigo 23).

10. Ao suprimir o parágrafo dez do artigo 42, o relator propõe que incentivos, inclusive econômicos, inclusive com recursos públicos, possam ser investidos para proprietário que desmatou ilegalmente depois de julho de 2008. Instituição da corrupção ambiental. O crime passa a compensar de fato com estímulo de governo.

11. Ao suprimir o artigo 43, aprovado no Senado, o relatório da Câmara elimina um dos poucos dispositivos que vincula recursos à recomposição de APPs [que é exatamente aquele aspecto que a gente havia analisado que, para obter financiamento o proprietário tinha que mostrar o seu plano de recomposição das áreas de preservação permanente degradadas].

12. O Deputado Piau ressuscita a Emenda 164 (de sua autoria na Câmara) que delega aos Estados a definição do que será consolidado em APP (supressão dos §§ 4º, 5º e 7º do art. 62) remetendo aos Programas de Recuperação Ambiental a regularização das propriedades e postos rurais. É o dispositivo da institucionalização da anistia. Sequer os 15 metros mínimos do Senado foram acatados pelo Deputado Piau.

13. O relatório do Piau exclui também os §§ 13 e 14 do artigo 62 que tratam da possibilidade de exigências superiores às constantes na Lei, nas bacias hidrográficas consideradas críticas e das propriedades localizadas em áreas alcançadas pela criação de unidade de conservação de proteção integral. A supressão do § 13 condene mais de 70% das bacias hidrográficas da Mata Atlântica que já tem mais de 85% de sua vegetação nativa desmatada.

14. No artigo 64, o relator Piau consolida a pecuária improdutiva em encostas, bordas

de chapadas, topos de morros e áreas em altitudes acima de 1.800 metros.

15. Suprime o art. 78, que veda o acesso ao crédito rural aos proprietários de imóveis rurais não inscritos no Cadastro Ambiental Rural após 5 anos da publicação da Lei. Com isso, elimina um dos dispositivos de pressão para o cadastramento ambiental rural dos imóveis e para que os Estados, de fato, regulamentem e implementem os cadastros em, no máximo, cinco anos e retira a eficácia do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O relatório do Deputado Piau realmente deixou a situação bastante crítica do ponto de vista do que tinha sido preservado, protegido, aqui no Senado com os relatórios do Senador Jorge Viana e do Senador Luiz Henrique. Exatamente por isso, está sendo feito o pedido à Presidenta Dilma para que ela vete essa matéria como foi aprovada na Câmara, para que se possa construir outro caminho de proteção às florestas e, principalmente, para salvaguardar aquele esforço do entendimento realizado nesta Casa.

Ouço, com muita atenção, o Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Felicito V. Ex^a pelo conteúdo e pela importância do pronunciamento. Não sei se V. Ex^a pode me responder, mas quando falei desta tribuna lamentando a votação na Câmara, esperando que a Presidenta vete aquilo que deve ser vetado, estranhei que, junto com o Senador Viana, do seu Estado, quem coordenou, e até coordenou mais, essa matéria foi o Senador Luiz Henrique porque foi relator em três Comissões. Ele e o Viana conseguiram um trabalho emocionante, de um grande entendimento, inclusive entre os setores mais radicais. Conseguiram uma fórmula que foi praticamente unânime. Eu me lembro do pronunciamento da ilustre Senadora Presidenta da Confederação Nacional da Agricultura, em que ela se congratulou com o Relator pelo resultado alcançado. Ela estava tão satisfeita que, inclusive, brincou com ela mesma, dizendo que estava aderindo ao governo. Houve unanimidade de entendimento. Inclusive, aqui no Senado, durante a votação, aquelas pessoas mais influentes e que mais participam das matérias ligadas à produção rural lá da Câmara dos Deputados estavam aqui e participaram, com satisfação, do entendimento. Eu diria que quem conduzia e coordenava era o Luiz Henrique, relator indicado pelo PMDB e em nome do PMDB. O que aconteceu? De repente, não mais que de repente, lá na Câmara dos Deputados, o relator, do PMDB – segundo notícias da tribuna, atendendo a um aparte meu, o Senador Luiz Henrique disse que a mando do PMDB – mudou tudo aquilo que tinha sido

votado aqui, alterou aquelas decisões que tinham sido apresentadas aqui e votou diametralmente oposto ao que havia sido votado aqui. E aquele entendimento respeitável que tinha sido feito aqui destronou lá na Câmara. Inclusive aqueles Deputados que estavam aqui, que são líderes do agronegócio e estavam satisfeitos, voltaram atrás lá na Câmara. O que levou o PMDB a tomar essa posição tão diferente aqui e lá? Qual foi a razão dessa questão? Tu sabes que essa questão deixou em uma situação difícil a Presidente, porque vem aí a Rio+20 e, a rigor, a posição que nós tomamos com relação a essa matéria, na véspera do Congresso, era muito importante. Eu não sei por que, mas essa situação do Brasil ficou meio esvaziada. A Primeira Ministra da Alemanha já disse que não vem; o Presidente Obama, até por razões que acho naturais – ele está em véspera de eleição –, não vai querer aqui se manifestar sobre nenhuma matéria que nem essa e também não vem. Então, o que levou... A gente sentia amargura na maneira de falar, no tom de voz do Senador Luiz Henrique, quando ele dizia, batendo no peito: “Foi o nosso PMDB que votou contra, que mudou lá!”. V. Ex^a tem ideia do que pode ter acontecido?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Acho, Senador Pedro Simon, que a tonicidade demonstrada por V. Ex^a é a tonicidade demonstrada pelo Brasil inteiro, porque, verdadeiramente, o acordo construído aqui no Senado não foi um acordo simples, foi um acordo complexo. Foi um acordo que abrangeu todos os segmentos envolvidos, após muitas e inúmeras audiências públicas com a sociedade científica, com ambientalistas, com ruralistas, com todos os setores produtivos envolvidos, com o Governo acompanhando, passo a passo, aqui, por intermédio da Ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente. Então, o constrangimento vivido pelo Senador Luiz Henrique é inteiramente justificável, porque realmente, como ele falou, foi palavra empenhada, foi acordo construído. Quando se aprovou aqui, no Senado, houve pouquíssimas vozes discordantes. Pouquíssimas. Praticamente, votou-se a matéria por unanimidade. Então, esperava-se um acatamento da Câmara a esse relatório. Para nossa surpresa, houve certa volúpia dos setores ruralistas mais, digamos, retrógrados e eles conseguiram impor aquilo que ninguém imaginava que acontecesse, ao ponto de os ambientalistas mais radicais, que achavam que o relatório do Senado não havia ainda chegado ao ponto e estavam querendo algo mais, simplesmente terem sido atropelados. Se o relatório do Senado não foi o ideal, ele foi o do consenso, aquele que foi possível construir, que não atendia integralmente ao que os ambientalistas queriam, mas que também não atendia integralmente ao que os ruralistas queriam.

Era um caminho do entendimento, mas, infelizmente, a Câmara não levou isso em consideração.

Diante do quadro posto, só nos resta recomendar, sim, que a Presidenta Dilma vete essa matéria e que possamos começar do zero essa discussão aqui, a partir do que estão propondo os Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana.

Era o que tinha, Srª Presidenta.

Muito obrigado pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Mesa é que cumprimenta V. Exª.

V. Exª, entre os oradores inscritos, foi o último a falar. Portanto, não havendo mais oradores inscritos, nós vamos declarar encerrada a sessão do dia de hoje.

Obrigada a todos e a todas pela audiência.

Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Fora do Microfone.) – Os oradores inscritos não desejam falar.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – É verdade, Senador.

Então, a Presidência vai encerrar a nossa sessão, agradecendo a todos e a todas pela audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se quarta-feira às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 9, DE 2012 (Proveniente da Medida Provisória nº 552, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2012, que *altera o art. 4º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004 (considera projetos de incorporação de imóveis de interesse social os destinados à construção de unidades residenciais de valor comercial de até oitenta e cinco mil reais no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida; reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de massas alimentícias classificadas na posição 19.02 da TIPI).* (Proveniente da Medida Provisória nº 552, de 2011).

(Lido no Senado Federal no dia 19-4-2012)

Relator revisor: Senador Gim Argello

(Sobrestando a pauta a partir de: 25-2-2012)

Prazo final prorrogado: 09.05.2012

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 553, DE 2011

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 553, de 2011, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de quinhentos e trinta e três milhões, quinhentos e oitenta e um mil e setecentos reais, para os fins que especifica.*

(Lido no Senado Federal no dia 23-4-2012)

Relator revisor: Senador Lobão Filho
(Sobrestando a pauta a partir de: 17-3-2012)

Prazo final prorrogado: 30.05.2012

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 270, de 2012 - RISF 338, IV)

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2010 (nº 2.057, de 2007, na Casa de origem), que *dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 231, de 2011; e 359, de 2012, das Comissões:

- Diretora, Relator: Senador Cícero Lúcena, oferecendo a redação do vencido;

- da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (sobre as emendas de Plenário), Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável às Emendas nºs 1, 2, 4 e 8-Plen, nos termos de subemendas que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 3, 5, 6, 7 e 9-Plen; apresentando, ainda, a Emenda nº 10-CCJ, com votos vencidos dos Senadores Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Francisco Dornelles e Aécio Neves e da Senadora Lúcia Vânia.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 63, DE 2011**
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2012 (nº 5.312/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que *dispõe sobre a criação de cargos no quadro do Ministério Público Militar.*

Parecer sob nº 339, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Taques, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

6

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 198, DE 2007-COMPLEMENTAR**
(*Adiada a discussão, nos termos do Requerimento nº 225, de 2012*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2007-Complementar, do Senador Renato Casagrande, que *acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 2001, estabelecendo prazo para a extinção de contribuição social.*

Parecer sob nº 2.016, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 33, DE 2009**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Cons-

tituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.*

Parecer sob nº 1.354, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Ribeiro, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

REQUERIMENTO Nº 281, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 281, de 2012, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (disposições sobre rótulos de bebidas).

9

REQUERIMENTO Nº 282, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 282, de 2012, do Senador Delcídio do Amaral, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

10

REQUERIMENTO Nº 283, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 283, de 2012, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2009; com os Projetos de Lei do Senado nºs 168, de 2007; 163, 219, 325, 389, 390 e 392, de 2009, por versarem sobre matérias correlatas (alterações na Lei de Falência e Recuperação de Empresas).

11

REQUERIMENTO Nº 291, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 291, de 2012, do Senador Eduardo Braga, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2011, além das Comissões

constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (seguro-desemprego para o catador de caranguejo).

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 14 minutos.)

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia 30 de abril do ano de dois mil e doze, segunda-feira, às 14:30 horas, na sala número 3, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MEDIDA PROVISÓRIA nº 565, adotada em 24 de abril de 2012, e publicada no dia 25 do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, para autorizar o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste para atender aos setores produtivos rural, industrial, comercial e de serviços dos Municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo federal, e a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, para permitir a ampliação do valor do Auxílio Emergencial Financeiro.", sem a presença dos Membros, a reunião não foi realizada.

Para constar, foi lavrado o presente Termo que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 2012.



Sérgio da Fonseca Braga
Diretor

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,12)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(14,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

Prazo prorrogado: 30/06/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁷⁾	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,15)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁷⁾	
(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

**. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.
17. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 061 33033514
Fax: 061 33031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

Prazo prorrogado: 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,14)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁸⁾	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(4,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,17)
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁸⁾	
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽³⁾	1. Gim Argello (PTB-DF) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (OF. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
18. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

Prazo final: 25/05/2012

MEMBROS

Gilson Dipp

VAGO ⁽²⁾

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muñoz Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

VAGO ⁽³⁾

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

2. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CJECP, comunicando o afastamento dos trabalhos da Ministra Maria Tereza Moura, em virtude de problemas de saúde em sua família.

3. Em 2.04.2012, foi lido o Ofício nº 022/2012-CJECP, comunicando a solicitação do Doutor René Ariel Dotti de seu afastamento dos trabalhos a partir de 21 de março do corrente.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (Of. nº 18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1.
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2.
Senador Sérgio Souza (PMDB)	3.
	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾
Senador José Agripino (DEM) ^(3,6)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁵⁾	
Senador Fernando Collor (PTB) ⁽²⁾	1. Senador Gim Argello (PTB) ⁽²⁾
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

**. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)

2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).

3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 010/12-GLDEM).

4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 15/2012-GLDEM).

5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS

Finalidade: Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)

Número de membros: 14

PRESIDENTE: Nelson Jobim

Ato do Presidente do Senado Federal: 15/03/2012

Designação: 15/03/2012

MEMBROS

Nelson Jobim

Bernardo Appy

João Paulo dos Reis Velloso

Everardo Maciel

Ives Gandra da Silva Martins

Adib Jatene

Luís Roberto Barroso

Michal Gartenkraut

Paulo de Barros Carvalho

Bolívar Lamounier

Fernando Rezende

Sérgio Prado

Manoel Felipe do Rêgo Brandão

Marco Aurélio Marrafon

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Graziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁰⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(4,8,17,28,29)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,20)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,33)
Jayme Campos (DEM) ⁽³¹⁾	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁰⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim Argello (PTB)
Antonio Russo (PR) ^(27,28,29)	3. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ⁽²²⁾

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PSD PSOL ⁽²⁶⁾

Kátia Abreu (PSD) (24,25)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Angéla Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
 3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
 16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
 18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6^a para a 2^a suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
29. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
33. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,6)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁸⁾	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
7. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁹⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁴⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(7,18,24)
Paulo Davim (PV) ^(2,24)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽²⁴⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5,24)	3. Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁴⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁴⁾	4. Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁴⁾	5. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ana Amélia (PP) ^(15,16,17,22,24)	6. Benedito de Lira (PP) ^(11,24)
VAGO ⁽²⁴⁾	7. VAGO ⁽²⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) ^(1,6)	2. Gim Argello (PTB)
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR) ^(20,21)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgálio, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rego e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Marta Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).
 2. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
 3. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (8)
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) (8)
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) (7,8)
Jorge Viana (PT) (10)	4. Acir Gurgacz (PDT) (25,26)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) (9)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (34,35)	7. Humberto Costa (PT) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁰⁾	
Eunício Oliveira (PMDB) (41)	1. Roberto Requião (PMDB) (3,4,16,21,28,41)
Pedro Simon (PMDB) (2,17,41)	2. Clésio Andrade (PMDB) (5,16,38,41)
Romero Jucá (PMDB) (41)	3. Eduardo Braga (PMDB) (14,16,41)
Vital do Rêgo (PMDB) (41)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) (15,16,41)
Renan Calheiros (PMDB) (21,41)	5. Lobão Filho (PMDB) (41)
Luiz Henrique (PMDB) (27,41)	6. Waldemir Moka (PMDB) (41)
Francisco Dornelles (PP) (41)	7. Benedito de Lira (PP) (41)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (23)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) (11)
José Agripino (DEM) (19,44)	4. Paulo Bauer (PSDB) (18,44,46)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴⁰⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6,47)
Gim Argello (PTB)	2. Ciro Nogueira (PP) (12,47)
Magno Malta (PR)	3. João Ribeiro (PR) (20,22,36,37)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. VAGO (33)
PSD	
Sérgio Petecão (42,43,45)	1. Kátia Abreu (30,31,32,39,42,43,45)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgálio, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
12. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
34. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
35. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
36. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
37. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
38. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
39. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
40. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferreira, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
42. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
43. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
44. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
45. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
46. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
47. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴¹⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,26)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁴⁾	
Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁶⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,22,46)
Pedro Simon (PMDB) ^(29,30,32,42,46)	2. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(7,13,28,46)	3. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Benedito de Lira (PP) ^(31,34,43,46)	4. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Ana Amélia (PP) ^(20,46)	5. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
VAGO ⁽⁴⁶⁾	6. Ciro Nogueira (PP) ^(23,46)
VAGO ⁽⁴⁶⁾	7. VAGO ^(11,46)
VAGO ⁽⁴⁶⁾	8. ⁽⁴⁶⁾
VAGO ⁽⁴⁶⁾	9. ⁽⁴⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁶⁾
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(8,47,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴⁴⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,45)
Magno Malta (PR) ^(12,27)	3. Antonio Russo (PR) ^(39,40)
João Ribeiro (PR) ⁽²⁷⁾	4. Vicentinho Alves (PR)
PSD PSOL ⁽³⁸⁾	
Kátia Abreu (PSD) ^(35,37)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSD, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
- 1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
- 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
- 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
- 5. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
- 6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
- 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
- 9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
- 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
- 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
- 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
- 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
- 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
- 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
- 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
- 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).
- 23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
27. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
38. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
39. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
40. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
46. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
47. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
48. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: juloric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) ^(21,22)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO ^(33,34,38)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,26)	6. VAGO ^(9,30,31,32,37)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Gim Argello (PTB) ^(1,27)	1. João Vicente Claudino (PTB) ⁽²⁾
Vicentinho Alves (PR)	2. Blairo Maggi (PR)
PSD PSOL ⁽³⁵⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,10,36)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgálio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
6. Em 1º.06.2011, o Senador Randolph Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF nº 059/2011-GLDEM).
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
25. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
26. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
27. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
35. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ^(1,3,6,8,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁶⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁵⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(7,13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,10)	1. Kátia Abreu (PSD)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁵⁾	
(9)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
10. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
11. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
12. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
13. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
15. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

16. Em 25.04.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012/CMA, de 20.04.212, comunicando a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora da Subcomissão.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(2,5)
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁶⁾	
(4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
2. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT) (9)	1. Anibal Diniz (PT) (9,11)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (11)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Sérgio Souza (PMDB) (2,3,5,6,8)	1. Ivo Cassol (PP) (12)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁰⁾	
Blairo Maggi (PR) (7,11)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
8. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
12. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,12)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁶⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ^(5,8,10,13)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,14)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁶⁾	
(11)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
8. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
11. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
12. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
13. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

14. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
15. Em 27.2.2012, o Senador Luiz Henrique é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
16. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.
- **. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) (14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) (15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) (12,39,40)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴³⁾	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) (8,10,26,33)
VAGO (2,13,28,29,30,42)	2. VAGO (38)
VAGO (31,34,41)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) (18,32)	4. VAGO (21)
Sérgio Petecão (PSD) (20)	5. VAGO (13)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (7,9,17,36)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) (6,23)
VAGO (5)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) (19,37,45)	3. José Agripino (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (1)	1.
Eduardo Amorim (PSC) (11,44)	2.
Magno Malta (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
VAGO (35)	1. Randolfe Rodrigues (4)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
39. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pescas e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
41. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
44. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
45. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. VAGO ^(13,14,15,22)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Gim Argello (PTB)	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Blairo Maggi (PR)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,21)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁸⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pescas e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Eduardo Lopes (PRB) (12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (11)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazzotin (PC DO B) (5,8)	4. Sérgio Souza (PMDB) (3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁴⁾	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (1,9)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazzotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
11. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
13. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

14. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(21,22)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁶⁾	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁷⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁷⁾
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁷⁾	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11,27)
Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁷⁾	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁷⁾
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁷⁾	4. Francisco Dornelles (PP) ^(10,27)
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁷⁾	5. Clésio Andrade (PMDB) ^(12,23,24,27)
Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁷⁾
Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁷⁾	7. Ivo Cassol (PP) ^(16,17,18,25,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Jayme Campos (DEM) ⁽³⁰⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁶⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
(20)	1. (20)
PSD	
Kátia Abreu ^(28,31)	1. Sérgio Petecão ^(6,7,13,15,28,29,31)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).

21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 36/2012).

25. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

26. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
27. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
28. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
29. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
31. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(4,5,7)

RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ^(3,5)

Instalação: 15/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).
 2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.
 3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.
 4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.
 5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.
 6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 7. Em 24.04.2012, foi lido o Of. nº 44/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Flexa Ribeiro para Vice-Presidente da Subcomissão.
- *. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Notas:

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,22,24,28,32)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁴⁾	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁶⁾
VAGO ^(22,23,24,26,31)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,20)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO ^(25,27,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁵⁾	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁵⁾

Notas:

- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
24. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
25. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
26. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
31. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
32. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
33. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
34. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
35. Em 17.04.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(6,7,9)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO (4,5,8)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.
8. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
9. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) (4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹²⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.
8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
10. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
11. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
12. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) (12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁸⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO (28,30,37)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO (26,27,29,36)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) (13,14,20,21)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) (18)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (4)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) (3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) (7,19)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) (1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6)
Alfredo Nascimento (PR) (24,34,35)	2. Blairo Maggi (PR) (24)
PSD PSOL ⁽³²⁾	
Sérgio Petecão (PSD) (31)	1. Kátia Abreu (PSD) (33)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
33. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (12,14)
João Capiberibe (PSB) (10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) (1,23,24)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁵⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) (3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) (7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁵⁾	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) (4,18)	2. João Ribeiro (PR) (18)
PSD PSOL ⁽²¹⁾	
(6)	1. Sérgio Petecão (PSD) (20,22)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.º 026/2011-GLDBAG).
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of.º 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of.º 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of.º 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of.º 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of.º 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of.º 270/2011 - GLPMDB).
14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of.º 128/11-GLDBAG).
15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of.º 656/2011-GSICAS).
16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of.º 145/2011-GLDBAG).
20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
21. Em 16.02.2012, foi lido o Of.º 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
22. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of.º 6/2012 - GLPSD).
23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of.º 34/2012-GSMC).
24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of.º 31/2012 - GLDBAG).
25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(6,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES		SUPLENTES
PMDB		
Lobão Filho (MA)		1.
João Alberto Souza (MA) ⁽⁴⁾		2. VAGO ⁽⁵⁾
Renan Calheiros (AL)		3. VAGO ⁽¹⁾
Romero Jucá (RR)		4. Eunício Oliveira (CE)
PT		
Humberto Costa (PE)		1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)		2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)		3. Angela Portela (RR)
PSDB		
Mário Couto (PA)		1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)		2. VAGO ⁽³⁾
PTB		
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)
DEM		
Jayme Campos (MT)		1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR		
Vicentinho Alves (TO)		1.
PP		
Ciro Nogueira (PI)		1.
PDT		
Acir Gurgacz (RO)		1.
PSB		
Antonio Carlos Valadares (SE)		1.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)		

Notas:

1. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of.GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
3. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
4. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago(PMDB-PB) ter deixado o mandato.
6. Em 10.04.2012, na 1ª Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
7. Eleito Presidente na 3ª Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

4^a Designação: 12/02/2009

5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

VAGO (8,15)

PT

Ana Rita (ES) (10)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) (3)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) (4)

PR

VAGO (9,14,16)

PP

Ciro Nogueira (PI) (1)

PDT

Zeze Perrella (MG) (13)

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) (5)

PSOL

VAGO (2,11)

PRB

Eduardo Lopes (RJ) (12)

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/04/2012

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾

PTB

Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾

DEM

José Agripino (RN) ⁽⁸⁾

PR

VAGO ^(11,21,22)

PP

Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁶⁾

PDT

Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁸⁾

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾

PSOL

VAGO ^(14,15)

PRB

Eduardo Lopes (RJ) ^(1,19,20)

PSC

Eduardo Amorim (SE) ^(3,17)

PPS

PMN**Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾****PV****Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾****Atualização: 09/04/2012****Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.º 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of.º 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of.º 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.º 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.º 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.º 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.º 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.º 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.º 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of.ºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of.º 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.º 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of.º 34/2012-GSMC).
20. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of.º 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
21. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
22. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo****Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260****E-mail: scop@senado.gov.br**

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS

PMDB

PT

Humberto Costa (PE) ⁽⁷⁾

PSDB

Cícero Lucena (PB) ⁽³⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾

DEM

PR

Vicentinho Alves (TO) ⁽⁶⁾

PP

Ana Amélia (RS) ⁽¹¹⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽⁸⁾

PSB

João Capiberibe (AP) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾

PRB

Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁹⁾

PSC

PSD

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽¹⁰⁾

Atualização: 25/04/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPCB nº 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.nº 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR nº 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. nº 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.nº 006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV nº 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Eleito na 1^a reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.GLPSB nº 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1^a reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS

PMDB

PT

Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽⁷⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽²⁾

DEM

Clovis Fecury (MA) ⁽¹²⁾

PR

Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁹⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹⁰⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽⁸⁾

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP) ⁽³⁾

PRB

Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁶⁾

PSC

PSD

Kátia Abreu (TO) ⁽⁴⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 25/04/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.028/2012-GLDEM, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 25.04.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO (Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

COMPOSIÇÃO²

Presidente: Deputado Paulo Pimenta⁴
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima⁴
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja⁴
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves⁴

Instalação: 27-3-2012

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR)
Paulo Paim (PT/RS)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1.
Benedito de Lira (PP/AL) ⁵	2. Sérgio Souza (PMDB/PR)
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. ³
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
PR	
Vicentinho Alves (PR/TO)	1. Antonio Russo (PR/MS)
PSD¹	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Kátia Abreu (PSD/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. ⁸
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5.
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2.
Wandenolk Gonçalves (PSDB/PA)	3.
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁶	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) ⁶
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA)
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Foleto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Laurez Moreira (PSB/TO)	2. Antonio Balhmann (PSB/CE)
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Ratinho Junior (PSC/PR)	1. Leonardo Gadelha (PSC/PB)
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ⁵
PMN¹	
²	²

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.

3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.

4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.

5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da

Liderança do PCdoB.

6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.

7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.

8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC
 (Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Márcio Macedo^{15 e 20}
Vice-Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin^{15 e 20}
Relator: Senador Sérgio Souza^{16 e 20}

Instalação: 10-4-2012^{15 e 20}

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ⁷	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 18}	4. ^{3 e 19}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ²
Jayme Campos (DEM/MT) ^{6 e 10}	2. José Agripino (DEM/RN) ^{6 e 10}
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. ^{8, 9 e 12}
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁵	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- 3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- 4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- 6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
- 7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
- 9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
- 10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- 11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- 12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
- 13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
- 14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
- 15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
- 16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
- 17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) ²	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 12}
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) ²	1. ^{2 e 7}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) ²	1. Sarney Filho (PV/MA) ²
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.
- 3- Vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.
- 4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.
- 7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.
- 8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.
- 11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.
- 12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PTB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO
FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
PSDB	
	1.
PTB	
Gim Argello (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ²
DEM	
	1.
PSOL¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputada Perpétua Almeida
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
LÍDER DA MINORIA Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Perpétua Almeida (PCdob/AC) ⁵	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:

- 1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
- 2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Dornelles (PP) e Paulo Davim (PV).
- 3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.
- 4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- 5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011

Designação da Comissão: 14-12-2011

Instalação da Comissão: 8-2-2012

Prazo final da Comissão: 19-8-2012

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
^{2 e 8}	1.
^{3, 4 e 9}	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argelo (PTB/DF) ⁷
PSOL¹	
5	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argelo, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA)
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- **Leitura:** 19-4-2012
- **Designação da Comissão:** 24-4-2012
- **Instalação da Comissão:** 25-4-2012
- **Prazo final da Comissão:** 4-11-2012

Presidente: Senador Vital do Rêgo
Vice-Presidente:
Relator: Deputado Odair Cunha

Senado Federal

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)

José Pimentel (PT/CE)	1. Wellington Dias (PT/PI)
Humberto Costa (PT/PE)	2. Jorge Viana (PT/AC)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Walter Pinheiro (PT/BA)
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS)
Vanessa Grazzotin (PCdoB/AM)	5. Acir Gurgacz (PDT/RO)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)

Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)

Jayme Campos (DEM/MT)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)

Fernando Collor (PTB/AL)	1.
Vicentinho Alves (PR/TO)	2.
Kátia Abreu (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

PSD¹

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Sibá Machado (PT/AC)
PMDB	
Íris de Araújo (PMDB/GO)	1. Edio Lopes (PMDB/RR)
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Domingos Sávio (PSDB/MG)
Fernando Francischini (PSDB/PR)	2. Rogério Marinho (PSDB/RN)
PP	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
DEM	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
PR	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
PSB	
Paulo Foleto (PSB/ES)	1. Glauber Braga (PSB/RJ)
PDT	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
PSC	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
PCdoB¹	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Osmar Júnior (PCdoB/PI)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
 Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
 E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	PRESIDENTE José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	1º SECRETÁRIO Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	2º SECRETÁRIO João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Jilmar Tatto (PT/SP) ²	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	LÍDER DA MINORIA Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁵	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶

Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶

Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
vago ¹⁰	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 16.3.2012)

- 1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.
- 2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.
- 3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.
- 6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.
- 7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.
- 8- Vaga cedida pelo PR.
- 9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.
- 10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054 **GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054 **GESTÃO - 00001** **COD. - 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima
EMISSÃO DE GRU SIAFI

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS
SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ
FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 152 páginas
(OS: 11678/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

